



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS- CCHE  
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**JANE D'ARK DE MELO LEITE**

**FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E  
TOMADA DE DECISÕES APLICÁVEL A EMPRESAS COMERCIAIS  
OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL: um estudo de caso em uma  
microempresa do setor de autopeças.**

**MONTEIRO  
2016**

**JANE D'ARK DE MELO LEITE**

**FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E  
TOMADA DE DECISÕES APLICÁVEL A EMPRESAS COMERCIAIS  
OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL: um estudo de caso em uma  
microempresa do setor de autopeças.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba – Campus VI – Poeta Pinto do Monteiro, como requisito para a qualificação do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Área de concentração:** Ciências Contábeis.

**Orientador:** Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Júnior.

**MONTEIRO  
2016**

L533f Leite, Jane D'ark de Melo.

Fluxo de caixa como ferramenta de controle e tomada de decisões aplicável a empresas comerciais optantes pelo Simples Nacional [manuscrito] : um estudo de caso em uma microempresa do setor de autopeças / Jane D'ark de Melo Leite. - 2016.

63 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2016.

"Orientação: Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Júnior, Departamento de CIÊNCIAS CONTÁBEIS".

1. Fluxo de Caixa. 2. Simples Nacional. 3. Contabilidade no processo decisório. 4. Setor de autopeças. I. Título.

21. ed. CDD 657.48

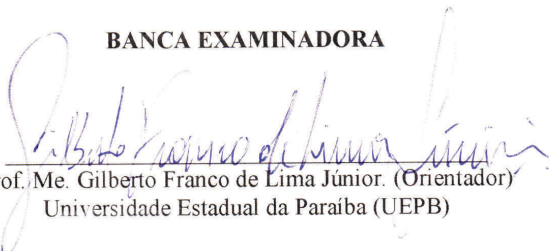
JANE D'ARK DE MELO LEITE

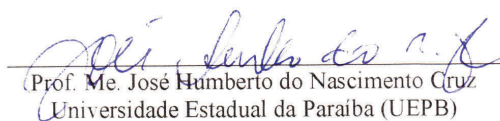
FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E TOMADA  
DE DECISÕES APLICÁVEL A EMPRESAS COMERCIAIS OPTANTES  
PELO SIMPLES NACIONAL: um estudo de caso em uma microempresa do  
setor de autopeças.

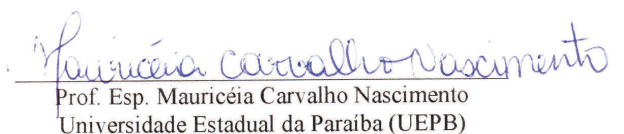
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Ciências Contábeis da  
Universidade Estadual da Paraíba – Campus  
VI – Poeta Pinto do Monteiro, como requisito  
para a qualificação do título de Bacharel em  
Ciências Contábeis.  
Área de concentração: Ciências Contábeis.

Aprovada em: 29/07/2016.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Júnior. (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Me. José Humberto do Nascimento Cruz  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Esp. Mauricéia Carvalho Nascimento  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*À minha família, que me dá suporte e apoio nas minhas decisões e me incentivou na realização desse sonho.  
“Tudo posso naquele que me fortalece.”*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a **Deus**, por ter me possibilitado chegar até aqui, muitas vezes passando por situações adversas e provações que, com certeza, foram bem planejadas por ele para que eu pudesse aprender com elas e crescer intelectualmente e espiritualmente. Tenho convicção que tudo que acontece nas nossas vidas tem o dedo dele e dos seus intercessores, e que embora algumas coisas nos deixem tristes, há sempre um lado bom, o que nos faz mudar e nos tornar pessoas melhores, mais sensíveis com relação aos que nos cercam e com a vida.

Agradeço a minha mãe **M<sup>a</sup> Aparecida**, minha avó **Doraci** e meu avô **Crispino** que sempre me mostraram um caminho cheio de aprendizagem, crescimento e evolução pessoal que resolvi trilhar.

Agradeço a minha irmã **Dandara** por todo suporte e amor concedido na trajetória de minha vida, obrigada pelo incentivo.

Aos irmãos que ganhei durante esse tempo: Damiana Santiago, Keila Amador, Wendel Reis, Glória Mércia, Iara Almeida, Antonielle Chalega, Marta Verônica, Luciene Guerra, Maíra, Marcio, Vandileide e J. Thiago, obrigada pelo apoio na conclusão deste curso que tornou minha vida mais rica de oportunidades para o meu crescimento em todos os sentidos e na realização deste sonho.

Agradecer também a meu eterno mestre e amigo José Anchieta Barros (in memoriam) que me deu a oportunidade de seguir minha carreira e trilha um caminho que será de vitórias, pois sei que tenho um paizão lá no céu torcendo por mim.

Em fim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente, auxiliando-me com material de apoio, bibliografias e sugestões, **amigos, amigas, professores** por todos os ensinamentos e trocas de experiências ao longo dessa caminhada, em especial ao meu orientador **Me. Gilberto Franco** que se empenhou em me auxiliar nesse fim de jornada acadêmica, aos colegas que se aproximaram do meu caminho e que seguem junto ou em outras direções. Todos foram importantes, sem exceção. Obrigada!

“A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela contabilidade, que, em seguida, resume os dados registrados em forma de relatórios e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa.” Marion (1998, p. 24).

## RESUMO

O presente estudo possui como temática o fluxo de caixa como ferramenta de controle e tomada de decisões aplicável a empresas comerciais optantes pelo Simples Nacional: um estudo de caso em uma microempresa do setor de autopeças. Teve como problemática, averiguar qual a utilidade que o fluxo de caixa apresenta como ferramenta de controle para tomada de decisões. Teve como objetivo geral identificar qual a utilidade que o fluxo de caixa tem como ferramenta de controle para tomada de decisões aplicável a empresas comerciais optantes pelo simples nacional. E como objetivos específicos: evidenciar a importância da Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC para o controle e tomada decisões gerenciais; analisar os dados coletados através do estudo das demonstrações contábeis da empresa; identificar a real utilização da DFC na empresa analisada, mostrando as possíveis decisões gerenciais. Para concretização de tais objetivos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, descritiva e estudo de caso em uma microempresa do setor de autopeças localizada no Cariri Paraibano. No tocante à abordagem do problema se classifica como quali - quantitativa. Dentre as técnicas utilizadas podemos mencionar a elaboração da DFC pelo método direto, com base nos documentos fornecidos pela empresa, para posterior análise das informações através de alguns indicadores. Como resultado, os dados revelam que a empresa possui uma boa geração de caixa operacional que lhe proporciona manter suas atividades, remunerar seu sócio sem ter a necessidade de recorrer a fontes externas de financiamentos e auxiliar no processo decisório. Por fim, que é possível através desta ferramenta obter informações gerenciais e informações estratégicas no tocante a geração de caixa, equivalente de caixa, imobilização de recursos e rentabilidade.

**Palavras-Chave:** Fluxo de Caixa. Demonstração do Fluxo de Caixa. Tomada de decisões.



## ABSTRACT

The present work has as a subject the cash flow as a tool of control and applicable decision making to commercial companies opting for simple national: a case study in a micro-enterprise in the auto parts sector. With the overall goal of which derives the identifying problem what the use of cash flow has as a control tool for decision-making. The global aim is identify the utility that the cash flow has as a control tool for decision-making applicable to commercial enterprises opting for simple national. And as specific objectives: to highlight the importance of the Cash Flow Statement - CFS for control and making management decisions; to analyze the collected data through the study of the company's financial statements; to identify the actual use of the CFS in the analyzed company, showing the possible management decisions. To achieve these objectives, an exploratory research, descriptive and case study on a micro-enterprise in the auto parts industry located in the Cariri Paraibano. Regarding the problem of the approach is classified as quali-quantitative. Among the used techniques we can mention the development of CFS by the direct method, based on the documents provided by the company for further analysis of the information through some indicators. As a result, the data show that the company has a good operating cash flow that provide it keeping its activities, pay your partner without having to resort to external sources of financing and assist in decision making. Finally, it is possible through this tool obtain management information and strategic information regarding to the generation of cash, cash equivalents, resource immobilization and profitability.

**Key words:** Cash flow. Cash Flow Statement. Decision-making.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da Contabilidade.....	22
Quadro 2 - Modelos Contábeis Vigentes no Brasil.....	33

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nascimento de empresas por ano.....	25
Gráfico 2 - Regime tributário das MPE's.....	26

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto.....	37
Tabela 2 – Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto.....	40
Tabela 3 – Indicadores.....	43
Tabela 4 – Demonstração do Fluxo de Caixa Direto.....	44
Tabela 5 – Balanço Patrimonial.....	45
Tabela 6 – Informações Coletadas.....	46
Tabela 7 – Índice de Cobertura de Dívidas com Caixa.....	46
Tabela 8 – Índice de Qualidade do Resultado.....	47
Tabela 9 – Índice de Retorno sobre o Patrimônio Líquido.....	47

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANTT	Assessoria Nacional ao Transporte Terrestre
BACEN	Banco Central do Brasil
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CPC 03(R2)	Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade. Demonstração dos Fluxos de Caixa.
CPC 26(R1)	Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade. Apresentação das Demonstrações Contábeis.
CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DRE	Demonstração de Resultado do Exercício
DOAR	Demonstrações de origens e aplicações de recursos
EI	Empresário Individual
EIRELI	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FCI	FCI - Fluxo de Caixa Investimentos
FCF	FCF- Fluxo de Caixa Financeiro
FCO	FCO - Fluxo de Caixa Operacional
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IBTP	Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação
IR	Imposto de Renda
LTDA	Sociedade Limitada
ME	Microempresa
MEIs	Microempreendedores Individuais
MPE's	Micro e Pequenas Empresas
NBC TG03(R2)	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas
NPC	Normas e Procedimentos de Contabilidade
SEBRAE	Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
SIMPLES	Sistema Simplificado de Recolhimento de Impostos Federais
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
S/A	Sociedade Anônima

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1 OBJETIVOS .....	16
1.1.1 OBJETIVO GERAL.....	16
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	16
1.2 JUSTIFICATIVA .....	16
1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	18
1.3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS.....	18
1.3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS.....	19
1.3.3 QUANTO À ABORDAGEM.....	19
1.3.4 QUANTO AO MÉTODO .....	20
1.3.5 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DA COLETA DOCUMENTAL.....	21
<b>2 REFERÊNCIAL TEORICO</b> .....	21
2.1 ABORDAGEM HISTÓRICA .....	22
2.2 INTERPRETAÇÃO TÉCNICA GERAL - ITG 1.000 PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. ....	23
2.3 PARTICIPAÇÃO DAS MPES NA ECONOMIA BRASILEIRA .....	24
2.4 GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DAS MPES .....	27
2.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	28
2.5.1 FINALIDADES, OBJETIVOS E CONCEITOS DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	29
2.5.2 LEGISLAÇÕES SOBRE DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA .....	31
2.5.3 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS PRONUNCIAMENTO TÉCNICO – CPC 03 (R2).....	32
2.5.4 MÉTODO DIRETO .....	37
2.5.5 MÉTODO INDIRETO .....	39
2.5.6 PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS NA ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	41
<b>3 ESTUDO DE CASO</b> .....	43
3.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA ANALISADA .....	43
3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	46
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	50
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	52

<b>ANEXOS .....</b>	<b>55</b>
---------------------	-----------

## 1 INTRODUÇÃO

Diante do atual cenário global a contabilidade é um importante instrumento que visa demonstrar a situação patrimonial das entidades para tomada de decisão de usuários internos e externos.

A evolução da Ciência Contábil tornou-se indispensável à administração empresarial moderna que precisa ser eficiente e eficaz demanda por práticas de gestão, baseadas na informação contábil para a tomada de suas decisões.

A contabilidade, segundo Marion (2003, p.23) “é o instrumento que auxilia a administração a tomar decisões, com a coleta de todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem para a tomada de decisão”, logo, pode-se dizer que a contabilidade é um instrumento importante para o controle das atividades e do gerenciamento de caixa das empresas, impactando assim, na continuidade das mesmas.

Padoveze (2007, p. 29) define a contabilidade como “sistema de informações que controla o patrimônio de uma entidade”. Nesse contexto a ciência contábil, através de suas demonstrações irá mediar e avaliar o patrimônio e os resultados auferidos pela Administração da entidade durante determinado período. O desafio maior está reservado às pequenas empresas, que tem um alto índice de mortalidade.

Gitman (2002, p. 12) diz que “uma empresa pode ser lucrativa e mesmo assim fracassar, devido a um insuficiente fluxo de caixa para satisfazer suas obrigações nas datas de vencimento”. Diante disso, a gestão das pequenas empresas passam a ser de interesse não só dos pequenos empreendedores, mas também de seus usuários externos.

Há que se introduzir em larga escala a cultura do planejamento, do orçamento e do controle interno nas MPE's. Pois, não havendo planejamento e controle, não há um eficaz processo decisório nessas empresas, e sem um bom processo decisório as empresas entram em colapso. Assim, a informação contábil é vital para a sobrevivência dessas entidades, porque é através dela que se identifica a situação econômica e financeira da empresa, essencial para a tomada de decisões.

Tendo em vista essas necessidades das MPE's pode-se dizer que, ter um bom planejamento de caixa é extremamente importante, pois, reduz significativamente o risco de



insolvências das empresas. Esse planejamento se dará através dos relatórios fornecidos pela contabilidade a partir de suas demonstrações contábeis.

De acordo com o pronunciamento técnico (CPC 26 R1, p.5) “O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas”. Essas demonstrações relataram informações aos usuários sobre fatos registrados pela empresa e refletem a saúde da entidade, bem como sinalizam ao gestor sobre o passado, presente e futuro desta no ambiente econômico.

Nesse estudo nos deteremos à Demonstração do Fluxo de Caixa- DFC. Iudícibus e Marion (2002, p.218) afirmam que a DFC “demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo”. A DFC é um instrumento que auxilia a gestão da empresa em seu planejamento e controle das decisões e evidencia as entradas e saídas de valores monetários.

Segundo Alvíso e Arend (2013, p. 116) a DFC “deve apresentar os fluxos de caixa durante o período, classificados por atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, da forma mais apropriada a seus negócios.” Assim permitindo mostrar de forma direta ou indireta as mudanças que tiveram reflexo no caixa a partir da movimentação ocorrida em todas as atividades.

O presente trabalho tem como problemática de pesquisa, verificar qual a utilidade que o fluxo de caixa tem como ferramenta de controle para tomada de decisões aplicável a empresas comerciais optantes pelo simples nacional? Desse modo a pesquisa almeja responder, quais os procedimentos e ferramentas mais adequadas podem ser aplicados para que o pequeno empresário tenha uma contabilidade completa e eficiente, com demonstrações contábeis que sirvam de base para gerar informações a administração das MPE's.

Esse trabalho utilizou-se da bibliografia existente sobre o assunto; evidenciando a importância da DFC para o controle e tomada de decisões gerenciais; apontando a empresa selecionada para a realização da pesquisa, onde serão analisados os dados coletados através do estudo das demonstrações contábeis da empresa; buscando identificar a real utilização da DFC na empresa analisada, mostrando as possíveis decisões gerenciais, através da análise de seus indicadores.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 OBJETIVO GERAL

Identificar qual a utilidade que o fluxo de caixa tem como ferramenta de controle para tomada de decisões aplicável a empresas comerciais optantes pelo simples nacional.

### 1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Evidenciar a importância da DFC para o controle e tomada decisões gerenciais;
- Analisar os dados coletados através do estudo das demonstrações contábeis da empresa.
- Identificar a real utilização da DFC na empresa analisada, mostrando as possíveis decisões gerenciais.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

É evidente que a era da informação provocou várias mudanças nas organizações, sendo elas decorrentes das inovações tecnológicas e das exigências sociais e de mercado.

De acordo com GIL (2002, p. 19) “nossa sociedade mundial, cada vez mais dependente da tecnologia, necessita da qualidade do trabalho do ser humano, considerado por seu talento intelectual, para continuidade da caminhada com foco na melhoria dos negócios”.

Portanto, as inovações e transformações fazem com que as instituições focalizem cada vez mais em seus objetivos, missões, metas, funções e finalidades para que possam se manter no mercado e busquem novas tecnologias operacionais, que permitam a administração vislumbrar perspectivas futuras para a organização. Essa necessidade de assegurar a continuidade das entidades também se reproduz e repercute na preocupação com a qualidade, produção e inovação resultante do conhecimento no trabalho operacional.

Para uma boa gestão é necessário a utilização de ferramentas gerenciais, operacionais de Fluxo de Caixa, entre outros, que visam orientar e planejar os recursos disponíveis a partir da criação de cenários. Com isso, torna-se possível a identificação de necessidades ou oportunidades, para a aplicação dos excedentes de caixa em áreas rentáveis da empresa ou em investimentos estruturais.

A razão da escolha deste tema justifica-se a partir da necessidade em evidenciar a importância da demonstração dos fluxos de caixa como ferramenta essencial no processo decisório das micro e pequenas empresas. Uma vez que esta poderá se programar através do fluxo de caixa para efetuar suas compras e gastos.

Neste sentido, Crepaldi (2008, p. 119) diz que “A Demonstração dos Fluxos de Caixa mostra as origens e aplicações de caixa, que é a base para a avaliação da situação financeira da empresa e sua capacidade de pagamento das obrigações”. O Fluxo de Caixa é e deve ser visto como um instrumento de apoio às gestões dos negócios, ressaltando-se que este instrumento pode ser associado aos demais demonstrativos financeiros, quando da necessidade de exigências maiores de análises das demonstrações contábeis, observando-se ainda os padrões de confiabilidade.

Sá (2009, p. 11) declara que “o fluxo de caixa é o método de captura e registro dos fatos e valores que provoquem alterações no saldo de caixa e sua apresentação em relatórios estruturados, de forma a permitir sua compreensão e análise”. Podemos dizer que o fluxo de caixa é a ferramenta gerencial financeira mais importante, pois, sua interpretação auxiliará o empresário, gerente ou responsável pelo setor financeiro, nas tomadas de decisões, isso ocorrerá através de um controle sistêmico de informações de movimentação de entradas e saídas de dinheiro na organização, considerando sempre um período determinado.

Esse trabalho apresenta importantes dimensões a cerca das transformações ocorridas no perfil da sociedade, exigindo o redimensionamento nos modelos alternativos de administração, esse comportamento social têm evidenciado o fortalecimento da contabilidade na administração das organizações modernas.

Ainda, o trabalho busca contribuir para o desempenho de profissionais que atuam/ou que pretendem atuar no setor contábil, e que a partir deste, obtenham conhecimento para auxiliar as organizações dos resultados através da utilização da DFC. Espera-se contribuir com a academia, sociedade e demais usuários da informação contábil. Por fim almeja-se que esta pesquisa seja utilizada para o desenvolvimento da ciência contábil a partir do aprofundamento e aplicação da amostra relacionada ao tema em questão.

O presente estudo está limitado quanto aos resultados obtidos, pois trata-se de um estudo de caso, podendo os resultados serem aplicados somente na empresa em estudo, porém podendo serem utilizados os métodos aqui explorando em outras empresas. Outra limitação que pode-se apontar está relacionada ao período de análise da DFC, no qual fica restrito aos anos de 2011 a 2015.

### 1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O objetivo fundamental de uma pesquisa científica consiste na geração e aprofundamento do conhecimento sobre a realidade que nos cerca, que pode resultar na resolução de graves problemas enfrentados, na melhoria do processo produtivo e de criação de riquezas e, enfim, do bem-estar da humanidade. Vejamos a seguir a tipologia da pesquisa.

#### 1.3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS

A pesquisa classifica-se, quanto aos objetivos, como descritiva, pois buscou descrever a identificação da real utilização da DFC na empresa analisada no Município de Sumé - PB, mostrando as possíveis decisões gerenciais que poderão ser aplicadas na mesma.

Para BARROS (2007, p. 84) “Nesse tipo de pesquisa, não há a interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa”. Por ser uma pesquisa bastante específica, podemos afirmar que ela assume a forma de um estudo de caso, sempre em consonância com outras fontes que darão base ao assunto abordado.

Esta pesquisa também está inserida no método exploratório, que de acordo com VERGARA (2003, p. 46) “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por essa natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa.”. Pois é através desse método que será realizado um levantamento de dados, buscando apresentar e discutir novos dados com relação utilidade que o fluxo de caixa tem como ferramenta de controle para tomada de decisões gerenciais na empresa. Portanto a partir da exposição desses dados busca-se orientar as organizações a

cerca da utilização da DFC, como uma ferramenta fundamental a ser desempenhada pela administração da mesma.

### 1.3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

A pesquisa constitui-se como estudo de caso, para SILVA (2008, p. 57) o método do estudo de caso “é um estudo que analisa um ou poucos fatos com profundidade. [...] O objeto a ser pesquisado neste tipo de pesquisa pode ser o indivíduo, a empresa, uma atividade, uma organização ou até mesmo uma situação”.

Considerando aqui como objeto de estudo uma empresa comercial, do ramo de autopeças, optante pelo simples nacional, que será o foco da averiguação, onde será desenvolvida a DFC e a análise de seus índices.

A pesquisa utilizou-se do levantamento bibliográfico como: consultas em livros, artigos científicos, além de mídia impressa e eletrônica disponível em sites da internet. Por isso é um estudo sistemático realizado a partir de releituras de outros autores com matérias previamente publicados sobre o tema em análise, buscando um melhor entendimento para desenvolvimento do tema abordado.

Foi realizado um estudo de caso na empresa ADALBERTO BRAZ ME - BRAZ AUTOPEÇAS, visando recolher dados que auxiliem na explicação do objeto de pesquisa descrito na bibliografia levantada.

Ainda quanto aos procedimentos também se constitui como uma pesquisa documental, segundo SILVA (2008, p. 55) “difere da pesquisa bibliográfica por utilizar material que ainda não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado; suas fontes são muito mais diversificadas e dispersas.”, onde ocorreu a investigação de documentos fornecidos pela empresa para elaboração do estudo.

### 1.3.3 QUANTO À ABORDAGEM

No que tange à abordagem do problema, pode-se dizer que a pesquisa será tanto quantitativa, quanto qualitativa. Segundo SILVA (2008, p.27) “o investigador quantitativo

sempre deixa para a sociedade a ideia de melhor qualidade nas suas investigações por utilizar-se de técnicas sofisticadas, emprego aprimorado da estatística”. Diante disso a pesquisa caracteriza-se como quantitativa por se utilizar de meios estatísticos para coleta dos dados, transformando opiniões em números, até a análise e o tratamento dos mesmos.

No tocante a pesquisa qualitativa Silva (2008, p. 30) diz que:

Investigação qualitativa nos remonta ai entendimento de estratégias de investigação que partilham determinadas características, tais como: as questões de investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, porém se estudam os fenômenos em toda a sua complexidade [...]. SILVA (2008, pa.30).

A pesquisa é considerada qualitativa por fazer uma fundamentação do objeto estudado com base nos levantamentos bibliográficos utilizados para melhor entendimento do tema abordado. Também pode ser assim classificada por trazer uma análise teórica das opiniões fornecidas pelos dados quantitativos recolhidos na pesquisa de campo e transformá-los em informações, em que se possa responder o problema proposto pela pesquisa.

#### 1.3.4 QUANTO AO MÉTODO

O método é a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e a explicação do fenômeno a ser estudado.

Todavia o estudo tem como método Indutivo, para Freixo (2009, p.95) “O método indutivo defende que na investigação se deve começar por uma observação para que, no final de um processo, se possa elaborar uma teoria [...] o raciocínio indutivo faz -se do particular para o geral.” A pesquisa foi realizada na empresa ADALBERTO BRAZ ME que representam uma parcela específica do campo, desse modo a análise dessa amostra validará as evidências para o campo geral desse seguimento. Assim os procedimentos utilizados se assemelham ao método científico que consiste em delimitar um problema, realizar observações e interpretá-las com base nas relações encontradas, fundamentando-se nas teorias existentes.

### 1.3.5 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DA COLETA DOCUMENTAL

Quanto à coleta de dados ocorreu através do estudo das demonstrações contábeis (balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício – DRE) fornecidas pela empresa, de onde foram coletadas as informações necessárias para elaboração da demonstração do fluxo de caixa- DFC, em seguida foram extraídas informações necessárias para o cálculo e análises dos índices. Para que, assim, pudesse ser respondido os objetivos (geral e específicos) do estudo que é a percepção a cerca da utilização da DFC como ferramenta de fundamental importância para a gestão das empresas.

A análise do resultado se dará por meio de exame detalhado de dados presentes na análise da DFC, onde serão interpretados e demonstrados por meio da estatística descritiva. Para GIL (1999, p. 168) “a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação.” A pesquisa utilizou-se de recursos do Excel para demonstrações gráficas, em que, os testes estatísticos foram elaborados a partir do uso de planilhas, gráficos, tabela, resumos numéricos, percentagem, com a finalidade de descrever o fenômeno em estudo.

## 2 REFERÊNCIAL TEORICO

A presente sessão apresenta o referencial teórico no que tange a demonstração do fluxo de caixa. Para isso as sessões foram divididas em dois momentos: primeiramente foram abordados os aspectos históricos e conceituais a cerca da contabilidade e sua importância para gestão econômica e financeira das Micro e Pequenas empresas no Brasil; em um segundo momento foi feita a contextualização a cerca da demonstração do fluxo de caixa, onde se demonstrou sua importância para tomada de decisões aplicável a empresas comerciais optantes pelo simples nacional, assim, objetivando manter a continuidade de suas atividades.

## 2.1 ABORDAGEM HISTÓRICA

A Contabilidade é antiga tão quanto à história da humanidade. “Para que se compreenda a Contabilidade, pois, como ramo importante do saber humano que é necessário se faz remontar a suas profundas origens.” (SÁ, 2008, p.21). Nas sociedades primitivas, os controles eram rudimentares e tinham como objetivo simplesmente proteger e assegurar os bens. É visível identificar que essas práticas contábeis rudimentares eram feitas como parte da cultura, ou seja, apenas obedecia à necessidade de controlar suas riquezas.

Na antiguidade os homens faziam a contagem de seus rebanhos onde se elaboravam registros, também conhecidos como inventários, que serviam como base de análise para que o homem tivesse conhecimento do tamanho de sua riqueza e as possíveis variações que a mesma sofreria durante determinado tempo.

Lima (2006, p.01) defende a contabilidade em quatro etapas da sua evolução, conforme quadro abaixo:

**Quadro – 1: Evolução da Contabilidade**

<b>Período</b>	<b>Características</b>
<b>Contabilidade do Mundo Antigo</b>	Período que se inicia com a civilização do homem e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o Líber Abaci, da autoria Leonardo Fibonacci, o Pisano.
<b>Contabilidade do Mundo Medieval</b>	Período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o Tractatus de Computis et Solutis (Contabilidade por Partidas Dobradas) de Frei Luca Pacioli, publicado em 1494; enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribui para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.
<b>Contabilidade do Mundo Moderno</b>	Período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da obra “La Contabilità Applicata Alle Amministrazioni Private e Pubbliche”, da autora de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.
<b>Contabilidade do Mundo Científico</b>	Período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje.

Fonte: Lima 2006.

Não há como dizer exatamente como a contabilidade nasceu ou quem a criou, podendo-se afirmar que um sistema de contabilidade não falta nem mesmo na mais rudimentar das organizações. Porém seu desenvolvimento vem sendo estimulado através das diversas transformações da humanidade. As escolas de pensamento contábil contribuíram bastante com essas transformações através de suas importantes pesquisas.



Cientificamente o estudo contábil na visão de Sá (2002, p. 46) “visa conhecer as relações que existem entre os fenômenos patrimoniais observados e busca conhecer como tais relações se estabelecem”. Desse modo pode-se dizer que a contabilidade tem como objeto de estudo o Patrimônio das Entidades. Seu objetivo é permitir o estudo e o controle dos fatos decorrentes da gestão do patrimônio, tendo como finalidade gerar informações econômicas e financeiras.

A contabilidade é essencial para a evolução e sucesso empresarial, ela está diretamente relacionada com o desempenho da empresa, isso porque a contabilidade serve como um instrumento informacional para que os gestores tomem a decisão que maximize os resultados positivos. Diante disso pode-se dizer que o sistema de informação contábil se encarrega pelo registro de todas as ocorrências realizadas pela empresa e é através da elaboração de suas demonstrações contábeis que os gestores terão subsídios para tomada de decisões diante das informações que serão geradas.

Segundo IBRACON NPC nº27 “um conjunto completo de demonstrações contábeis inclui os seguintes componentes: balanço patrimonial; demonstração do resultado; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, podendo ser substituído pela demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa; demonstração do valor adicionado, se divulgada pela entidade; e notas explicativas, incluindo a descrição das práticas contábeis.”

A história da contabilidade no Brasil se destacou com muita importância, na década de 70, nesta época a contabilidade se destacava a partir da obrigatoriedade das companhias abertas em terem suas demonstrações contábeis padronizadas quanto à sua estrutura.

Diante desse novo cenário de padronização contabilidade vejamos a seguir a como a aplicação da mesma deverá ocorrer, segundo a legislação das Micro e Pequenas Empresas-MPEs a ITG 1.000.

## 2.2 INTERPRETAÇÃO TÉCNICA GERAL - ITG 1.000 PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

O Conselho Federal de Contabilidade, o no disposto na alínea “f” do art. 6º do Decreto Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10. Em seu art. 1º aprovar a Interpretação

Técnica Geral - ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

A ITG 1000 tem como objetivo proporcionar um tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, visando à simplificação da escrituração e da geração de demonstrações contábeis. A simplificação não possibilita o entendimento de que este grupo de empresas esteja desobrigado à manutenção de escrituração contábil.

No que tange a ITG 1.000 propõe que **alcance** é aplicável somente às entidades definidas como “Microempresa e Empresa de Pequeno Porte”. Entende-se como “Microempresa e Empresa de Pequeno Porte” a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou o empresário a que se refere o art. 966 da Lei n.º 10.406/02, que tenha auferido, no ano calendário anterior, receita bruta anual até os limites previstos nos incisos I e II do Art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

A adoção dessa Interpretação não desobriga a microempresa e a empresa de pequeno porte a manutenção de escrituração contábil uniforme dos seus atos e fatos administrativos que provocaram, ou possam vir a provocar, alteração do seu patrimônio.

Quanto a suas escriturações as receitas, as despesas e os custos do período da entidade devem ser escriturados contabilmente, de acordo com o regime de competência. Os lançamentos contábeis no Livro Diário devem ser feitos diariamente. É permitido, contudo, que os lançamentos sejam feitos ao final de cada mês, desde que tenham como suporte os livros ou outros registros auxiliares escriturados

A elaboração do conjunto completo das demonstrações contábeis são a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do resultado abrangente e a demonstração das mutações do patrimônio líquido, apesar de não serem obrigatórias para as MPEs, é estimulada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Diante disso, vejamos a seguir a participação das MPEs na economia brasileira.

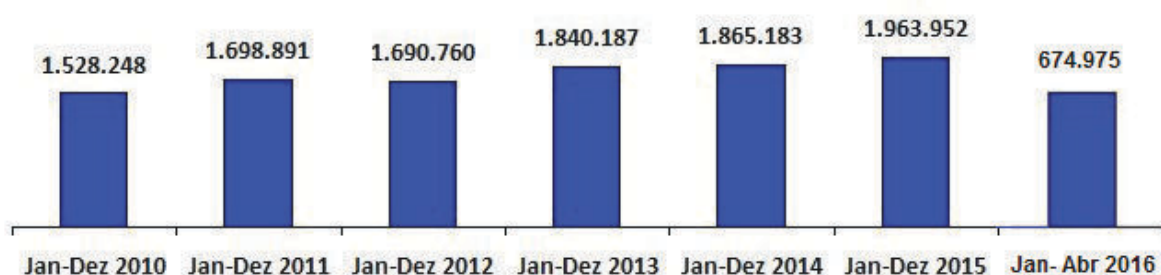
### 2.3 PARTICIPAÇÃO DAS MPES NA ECONOMIA BRASILEIRA

Segundo dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBTP), através de uma ferramenta por eles desenvolvida chamada Empresômetro, o atual perfil Empresarial Brasileiro é de aproximadamente 18.751.197 milhões de MPEs ativas.

Sabe-se que no Brasil as empresas podem ser classificadas como: Microempresa (ME); Microempreendedores Individuais (MEIs); Empresa de Pequeno Porte (EPP); Sociedade Limitada (LTDA); Sociedade Anônima (S/A); Empresário Individual (EI) e Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI).

Segundo Luiz Barreto, presidente do SEBRAE “O ano de 2014 foi muito positivo para os pequenos negócios. Apenas entre os meses de janeiro e novembro do ano foram criadas aproximadamente 1,3 milhão de empresas.”

**Gráfico -1: Nascimento de Empresas no Brasil por ano**



Fonte: Indicador Serasa Experian de Nascimento de Empresas, 2016.

Diante dos dados fornecidos acima pode-se dizer que o Brasil ganhou cerca de 1.865.183 novos empreendimentos no ano de 2014. Sendo que 72,0% foram de Microempreendedores Individuais (MEIs), 10,2% Empresas Individuais, 12,2% Sociedades Limitadas e 5,6% de outras naturezas jurídicas, de acordo com dados coletados pelo o Indicador Serasa Experian de Nascimento de Empresas. Percebe-se que com o passar dos anos o país ganha novas empresas em relação aos anos anteriores, exceto em 2011 e 2012 onde houver uma redução de 99,5%. Já no ano de 2015 surgiram 1.963.952 novos empreendimentos no país, número maior de nascimentos de empresas em relação aos períodos de 2010 á 2012. Já nos primeiros meses de 2016 pode-se dizer que já nasceram 34,36% referente ao montante de 2015.

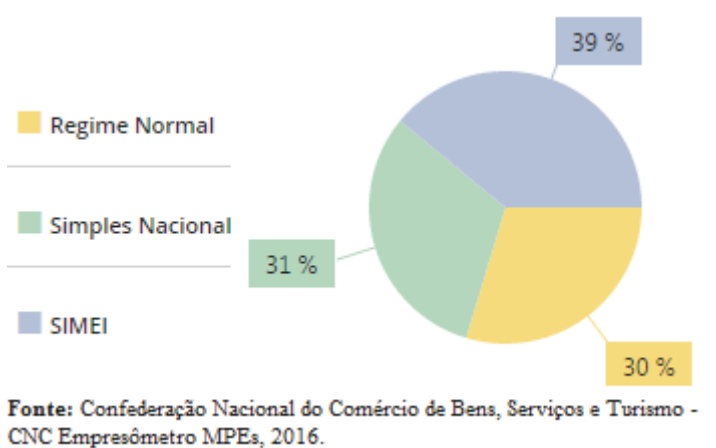
Atualmente, segundo Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) “as MPEs ativas representam 90,7% das empresas ativas no Brasil.” Assim as pequenas empresas assumem um papel fundamental no desenvolvimento econômico brasileiro, pois este segmento tem demonstrado um crescimento dinâmico, mesmo durante épocas de crise.

Como se sabe as empresas brasileiras utilizam-se do regime de tributação que melhor se enquadre a saúde financeira de sua empresa, são eles lucro presumido (é uma forma de

tributação simplificada para determinação da base de cálculo do imposto de renda- IR e da contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real.), lucro real (significa o próprio lucro tributável, para fins da legislação do imposto de renda, distinto do lucro líquido apurado contabilmente.) e o simples nacional (que é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006).

Com as mudanças aprovadas no Congresso no mês de agosto de 2014, o Supersimples passou a ser universal e a atender aos setores de Comércio, Indústria, Construção Civil e Serviços. Apenas pouquíssimas atividades bastante específicas, como a produção de bebidas alcoólicas e de cigarros, ficaram de fora. A universalização do Supersimples estendeu os benefícios do regime simplificado de tributação às atividades de natureza intelectual, que fazem parte do setor de Serviços. Agora, o único critério para adesão das empresas passa a ser o faturamento, de no máximo R\$ 3,6 milhões por ano. O resultado dessa ação é que mais de 140 atividades, como por exemplo, medicina, advocacia, engenharia, consultoria, corretagem e fisioterapia, poderão optar pelo sistema de tributação que unifica oito impostos e que pode reduzir essa cobrança em até 40%, a depender do caso.

**Gráfico – 2: Regime Tributário das MPEs**



Essa mudança favoreceu para que aos pequenos empreendedores migrassem de regime tributário, como pode-se ver no gráfico acima o atual cenário das MPEs ativas no Brasil em que as empresas optantes pelo Simples Nacional representam 31%. Nessa perspectiva se faz necessário o gerenciamento econômico e financeiro das MPEs, conforme verificaremos a seguir.

## 2.4 GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DAS MPES

A gestão financeira é um elemento importante para o crescimento e desenvolvimento de toda empresa. Por meio dela é possível aumentar os lucros, controlar os fluxos de entrada e saída de caixa e ainda ter uma previsão da quantidade de recursos financeiros disponíveis na empresa.

Pelas suas peculiaridades, as micros e pequenas empresas (MPE's) têm maiores dificuldades que as grandes empresas em vários aspectos, tais como administração e gerenciamento, políticas de preços e de prazos, precariedade de barganha, etc. Por outro lado, têm pontos positivos, como, por exemplo, menor grau de complexidade e políticas governamentais tributárias mais favoráveis. A pequena empresa precisa melhorar o seu perfil de gestão, ou seja, precisa sair de uma gestão amadora para a desejada gestão competente e competitiva. É preciso uma melhora nas gestões das empresas pequenas. Não que não haja boas gestões entre as pequenas empresas. Mas, a realidade nos aponta que é preciso melhorar muito.

Uma das grandes dificuldades dos empresários das micro e pequenas empresas é exercer uma gestão econômica e financeira eficiente, onde eles possam tomar decisões para alavancar o crescimento da empresa. A tomada de decisão é poder escolher entre alternativas competitivas o que é melhor para a organização. É nesse momento que a contabilidade tem como forte característica saber tratar e apresentar de maneira clara, resumida e operacional dados esparsos contidos nos registros de contabilidade, desse modo, auxiliando no planejamento e no controle gerencial para tomada de decisões, apontando quais objetivos e métodos a gestão deverá cumprir, evidenciando a maximização da riqueza da empresa.

A conjuntura econômica faz com que as empresas busquem ferramentas que auxiliem na gestão financeira e assim elas possam manter-se no mercado de forma competitiva.

Contudo, não é possível manter uma gestão econômica e financeira eficiente se não tiver um bom planejamento que permita um controle dos recursos financeiros, seus ingressos e desembolsos.

É evidente que a contabilidade é a ciência que permite através de suas técnicas, manter o controle permanente do Patrimônio. Estudando, registrando e interpretando os fatos financeiros e econômicos que afetam a situação patrimonial de determinada pessoa, física ou jurídica, apresentando resultados através de demonstrações contábeis e relatórios específicos para determinadas finalidades. Diante disso, a contabilidade pretende servir de orientação ou

base de referência para todo tipo de decisões internas na empresa dentro de um horizonte temporal de curto ou longo prazo. Buscando o acompanhamento permanente de seus resultados, de maneira a avaliar seu desempenho, bem como proceder aos ajustes e correções necessários.

Um dos principais instrumentos de controle gerencial utilizados pela contabilidade é a demonstração do fluxo de caixa. Através dele é possível avaliar se a empresa é autossuficiente no financiamento do seu giro, bem como prever sua capacidade de expansão com recursos próprios.

Dessa forma, a DFC apresenta-se como um dos instrumentos mais eficazes na gestão econômica e financeira das empresas, permitindo ao administrador planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar seus recursos para um determinado período, influenciando o processo de tomada de decisão. Nesse contexto, o fluxo de caixa possibilita ao gestor programar e acompanhar as entradas e as saídas de recursos financeiros, de forma que a empresa possa operar de acordo com os objetivos e as metas determinadas, a curto e a longo prazo (a curto prazo para gerenciar o capital de giro e a longo prazo para fins de investimentos). Vejamos a seguir a fundamentação a sear da DFC.

## 2.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Pela legislação societária a demonstração dos fluxos de caixa não fazia parte das demonstrações financeiras obrigatórias pelo art. 176 da Lei 6.404/76, mas algumas empresas apresentavam de forma complementar devido sua demanda ser maior internacionalmente, após a publicação da Lei 11.638/07, esta demonstração passou a fazer parte das demonstrações financeiras obrigatórias no Brasil, substituindo a DOAR (demonstrações de origens e aplicações de recursos) que mesmo sendo rica em informações ela é uma demonstração de difícil compreensão para os investidores que atuam nos mercados de capitais, e o motivo da substituição e a fácil compreensão da DFC em linguagem padronizada, assim sendo essa demonstração abre portas para investimentos estrangeiros.

A demonstração fluxo de caixa pode ser entendida como um instrumento de gestão financeira que projeta para períodos futuros todas as entradas e as saídas de recursos financeiros da empresa, indicando como será o saldo de caixa para o período projetado.

É considerada de fácil elaboração para as empresas que possuem os controles financeiros bem organizados, e deve ser utilizado para o controle e como instrumento para tomada de decisões. Este demonstrativo deve ser considerado como uma estrutura flexível, no qual o empresário possa inserir informações de entradas e saídas conforme as necessidades da empresa.

Com as informações do Fluxo de Caixa, permite que o empresário elabore a estrutura gerencial de resultados, a análise de sensibilidade, calcular a rentabilidade, a lucratividade, o ponto de equilíbrio e o prazo de retorno do investimento. O objetivo é verificar a saúde financeira do negócio a partir de análise e obter uma resposta clara sobre as possibilidades de sucesso do investimento e do estágio atual da empresa. Diante disso a seguir será esboçado possíveis conceitos, objetivos e finalidades da DFC.

#### 2.5.1 FINALIDADES, OBJETIVOS E CONCEITOS DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A finalidade principal de um fluxo de caixa é demonstrar como as entidades geram e aplicam os seus recursos de caixas ou equivalentes à caixa.

Desta maneira a DFC irá controlar os fluxos de entradas e saídas de dinheiro, a fim de proporcionar uma melhor gestão dos recursos gerados, mostrando de forma transparente as operações, servindo como uma ferramenta de fiscalização, evitando assim, possíveis desvios financeiros.

Cordeiro (2009, p. 21) relata que: “o fluxo de caixa é o principal instrumento da gestão financeira que planeja, controla e analisa as receitas, as despesas e os investimentos, considerando determinado período projetado”.

Nesta mesma perspectiva, a DFC consiste em uma representação gráfica e cronológica de ingressos e desembolsos de recursos monetários, permitindo assim às empresas executarem suas programações financeiras e operacionais, planejadas e projetadas em determinado período.

As entidades precisam dos recursos de caixa para efetuar suas operações, pagar suas obrigações e prover um retorno para seus investidores, e, é isso que os usuários estão interessados em conhecer. Regra geral, a entidade elabora a DFC para evidenciar o “Fluxo de Caixa Realizado” e o “Fluxo de Caixa Projetado. Azevedo (2009, p.20)

O Fluxo de Caixa Realizado são as movimentações reais de todas as entradas e saídas de recursos financeiros, a partir do caixa ou equivalentes a caixa, em um determinado período.

Enquanto o Fluxo de Caixa Projetado insere-se na projeção de orçamento da entidade, em que são retratadas as receitas e despesas de um determinado período, permitindo assim a identificação de insuficiências ou excessos de recursos no período projetado, bem como, propicia informações quanto à necessidade de investimentos, financiamentos ou aplicação de possíveis excessos. Permitindo assim, o planejamento das obrigações perante os credores, diante de uma realidade financeira para determinado período.

A DFC é composta dos fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, visando fornecer ao usuário informações históricas de caixa e equivalentes de uma entidade e para fins de planejamento financeiro.

As informações dos Demonstrativos do Fluxo de Caixa, principalmente quando analisados em conjunto com as demais demonstrações financeiras, podem permitir que investidores, credores e outros usuários avaliem: a) a capacidade de gerar futuros fluxos positivos de caixa; b) a capacidade de honrar compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos; c) a liquidez, solvência e flexibilidade financeira; d) a taxa de conversão de lucro em caixa; e) a performance operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos; f) o grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa; g) os efeitos, sobre a posição da empresa, das transações de investimentos e de financiamentos etc. FIPECAFI (2010, p.567)

O Fluxo de Caixa prevalece como uma ferramenta utilizada pelos usuários da contabilidade, com o objetivo de ressaltar os somatórios de entrada ou ingressos e de desembolsos ou saídas de um valor monetário em determinado momento, obtendo como resultado se irá ocorrer excedente ou escassez de caixa, de acordo com as perspectiva desejada pela empresa.

Desta maneira é preciso um controle do fluxo de caixa para que a entidade tenha liquidez para honrar os seus compromissos, mesmo estando em uma situação econômica estável. O gestor deverá possuir uma visão ampla e sistêmica da empresa, principalmente no que se refere a uma gestão dos recebimentos e pagamentos, para prever e provisionar os gastos futuros, relacionando-os com a liquidez e os recebíveis de hoje.

Desta maneira, o fluxo de caixa é parte integrante do planejamento, orçamento e controle empresarial.

O objetivo primário da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período, e com isso ajudar os usuários



das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades para utilizar esses fluxos de caixa. FIPECAFI (2010, p.567)

O principal objetivo da Demonstração dos Fluxos de Caixa é de oferecer aos usuários informações relevantes sobre as movimentações de entradas e saídas de caixa de uma entidade em um determinado período ou exercício, no sentido de evidenciar e tornar transparente a situação financeira da entidade.

As informações históricas sobre os fluxos de caixa são diariamente utilizadas como um referencial do valor, época e grau de segurança dos fluxos de caixa futuros. São úteis para verificar a exatidão das avaliações feitas, no passado, dos fluxos de caixa futuros, assim como para examinar a relação entre lucratividade e os fluxos de caixa líquidos e o impacto de variações de preços.

Uma demonstração de fluxos de caixa, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que habilitam os usuários avaliar: as mudanças nos ativos líquidos de uma entidade; sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência); e sua capacidade para alterar os valores e prazos dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades. Azevedo (2009, p. 20).

Desta maneira a demonstração de fluxo de caixa também melhora a comparabilidade dos relatórios de desempenho operacional para diferentes entidades, porque atenua os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos.

Vejamos a seguir a legislação a secar da DFC.

## 2.5.2 LEGISLAÇÕES SOBRE DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 – artigo 1º altera o artigo 176 inciso IV e parágrafo 6º e artigo 188 inciso I. Obrigatoriedade da apresentação a partir de 2008. Dispensa da para as companhias fechadas com patrimônio líquido inferior a: R\$ 2 milhões de reais na data do balanço. Era opcional até 2007, baseada nos conceitos de caixa ou equivalentes.

A Deliberação CVM 547/2008 (revogada), atualmente regida pela Deliberação CVM Nº 641/2010 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade, que trata da Demonstração do Fluxo de Caixa. O Pronunciamento foi

elaborado a partir do IAS 7 (Normas Internacionais de Contabilidade) – Statement of Cash Flows (BV2010), emitido pelo IASB- International Accounting Standards Board (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade) e sua aplicação, no julgamento do Comitê, produz reflexos contábeis que estão em conformidade com o documento editado pelo IASB em 03 de setembro de 2010.

Demais reguladores: CFC (Conselho Federal de Contabilidade) – NBC TG 03 (R2) – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas; BACEN/CMN (Banco Central do Brasil/Conselho Monetário Nacional) – Resolução CMN nº 3.604/08; ANS(Agência Nacional de Saúde Suplementar) – Resolução Normativa nº 322/13 Anexo I; SUSEP (Superintendência de Seguros Privados ) – Circular nº 483/14 Anexo IV; ANEEL 9 Agência Nacional de Energia Elétrica) – Resolução Normativa 605/14; ANTT (Assessoria Nacional ao Transporte Terrestre) – Resolução 3.847 e 3.848/12. Vejamos o que diz o CPC 03 sobre a DFC.

### 2.5.3 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS PRONUNCIAMENTO TÉCNICO – CPC 03 (R2)

O objetivo deste Pronunciamento Técnico é requerer a prestação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa da entidade por meio de demonstração dos fluxos de caixa que classifique os fluxos de caixa do período por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. (CPC 03- IAS 7-IASB – BV2010, p.113)

Percebe-se que esse CPC almeja disponibilizar informações que sejam relevantes, como, pagamentos (origem) e recebimentos (aplicações), em dinheiro de um determinado período. Assim buscando apresentar o Resultado do Fluxo Financeiro.

No que tange o COC 03 propõe que seu **alcance** “A entidade deve elaborar a demonstração dos fluxos de caixa de acordo com os requisitos deste Pronunciamento Técnico e deve apresentá-la como parte integrante das suas demonstrações contábeis apresentadas ao final de cada período.”

Para melhor compreensão a cerca do alcance do CPC 03 vamos verificar o quadro abaixo:

**Quadro- 2: Modelos contábeis vigentes no Brasil**

De acordo com a legislação CONTÁBIL			
Tipo de empresa	Definição	Modelo contábil	Vigência
Microempresas e empresas de pequeno porte	O empresário, o empresário individual, o empresário individual de responsabilidade limitada, a sociedade limitada e a sociedade simples ou empresária que obteve faturamento, no ano anterior, igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil reais).	SIMPLIFICADO ITG 1.000 (Res. CFC nº 1.418/12)	A partir do exercício findo em 31/12/2012
Pequenas e médias empresas	As PMEs são Sociedades Fechadas (obrigatoriamente); sociedades que não sejam requeridas a fazer prestação pública de suas contas (geralmente) e sociedades que elaboram DCs para fins gerais.	RESUMIDO Pronunciamento técnico PME Contabilidade para pequenas e médias empresas NBC TG 1.000 R1 (Res. CFC nº 1.255/09, 1.285/10 e 1.319/10)	A partir do exercício findo em 31/12/2010
Grandes empresas	Demais empresas Companhias abertas reguladas pela CMV; sociedades de grande porte (de acordo com a Lei nº 11.638/07); sociedades reguladas pelo BACEN, SUSEP e outras cuja prática contábil seja ditada por órgão regulador.	COMPLETO Conjunto completo dos Pronuncoamentos	A partir do exercício findo em 31/12/2010

Fonte: Legislação Contábil.

Verificando o alcance podemos observar no quadro acima o “Conjunto Completo”, que compreende as grandes empresas, é obrigatório a elaboração e apresentação da DFC.

Vejamos o que diz a lei Nº 11.638/07 em seu art. 176:

Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar com base nas escriturações as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício. I – balanço patrimonial; II – demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; III – demonstração do resultado do exercício; IV – demonstração dos fluxos de caixa; e V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

O artigo trata que nessas demonstrações devem constar os resultados gerenciais das entidades realizadas em um determinado período de tempo, onde serão fornecidas informações de seus ativos, passivos e patrimônio líquido, bem como, de suas receitas, despesas, ganhos e perdas; e fluxo financeiro (fluxos de caixa).

Dentro do exposto podemos verificar que para as MPEs a NBC TG 1.000 traz como obrigatória a divulgada a DFC. Porém, existe um contraponto na lei, Art. 176 da Lei Nº 11.638/07 § 6º “A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.” Em relação as “Demais Sociedades Limitadas”, ou seja, aquelas não enquadradas como de grande porte, estão dispensadas da confecção da DFC.

Diante disso, a elaboração da DFC é importante independentemente de sua obrigatoriedade ou não, pois, ela é uma ferramenta da contabilidade que proporcionam aos

usuários avaliar a capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, e as necessidades da entidade de utilizar esses fluxos de caixa.

Quanto à **estrutura** do Fluxo de Caixa verificamos que segundo a lei Nº 11.638/07 em seu art. 188:

[...] I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos: a) das operações; b) dos financiamentos; e c) dos investimentos;

Segundo o CPC 03, “as **atividades Operacionais** são explicadas pelas receitas e gastos decorrentes da industrialização, comercialização ou prestação de serviços da empresa. Estas atividades têm ligação com o capital circulante líquido da empresa.” Ou seja, são as principais atividades geradoras de receita da entidade, que indicaram qual a contribuição das operações ao caixa da empresa.

As principais entradas e saídas de disponibilidades decorrentes dessas atividades são, entradas de caixa: recebimentos de vendas à vista e de títulos representativos de vendas a prazo; recebimentos de receitas financeiras provenientes de aplicações no mercado financeiro, dividendos de participações acionárias em outras empresas, outros recebimentos como indenizações de seguros, sentenças judiciais favoráveis etc; e saídas de caixa: pagamentos a fornecedores por compras à vista e de títulos representativos de compras a prazo, pagamentos de impostos, contribuições e taxas, pagamentos de encargos financeiros de empréstimos e financiamentos etc. Esse fluxo descreve basicamente as transações registradas na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE).

Uma relação às **atividades de Investimento** a norma define “os gastos efetuados no realizável a longo prazo, em investimentos, no imobilizado ou no intangível, bem como as entradas por venda dos ativos registrados nos referidos subgrupos de contas.” Como o próprio pronunciamento cita, são as aquisições e vendas de ativos de longo prazo e investimentos.

Nesta abordagem são consideradas entradas de caixa: recebimentos pela venda de títulos de aplicações de longo prazo (investimentos) e participações acionárias, de imobilizados etc; e saídas de caixa: aquisições de títulos de longo prazo para investimentos, desembolsos para participação acionária em outras companhias, compras a vista de bens imobilizados etc. Por fim, essa atividade tem como finalidade gerar receitas e fluxos de caixa no futuro.

“As **atividades de Financiamento** são os recursos obtidos do Passivo Não Circulante e do Patrimônio Líquido. Devem ser incluídos aqui os empréstimos e financiamentos de curto

prazo. As saídas correspondem à amortização destas dívidas e os valores pagos aos acionistas a título de dividendos, distribuição de lucros.” São aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e endividamento da entidade.

Nesta abordagem são consideradas entradas de caixa: captações no mercado através de emissões de títulos de dívida, integralização de ações emitidas etc; já para as saídas de caixa: pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas, amortização de empréstimos e financiamentos (pagamentos do valor principal) etc. Enfim, essa atividade evidencia os impactos financeiros referente a transações com Sócios e/ou Terceiros.

O Pronunciamento Técnico também trata das transações de fluxo de caixa em moeda estrangeira; juros e dividendos; e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Conforme verificamos a seguir de modo detalhado:

Fluxos de caixa em moeda estrangeira: “Os fluxos de caixa advindos de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda funcional da entidade pela aplicação, ao montante em moeda estrangeira, das taxas de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira observadas na data da ocorrência do fluxo de caixa.

Ganhos e perdas não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras não são fluxos de caixa. Todavia, o efeito das mudanças nas taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, é apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, a fim de conciliar o caixa e equivalentes de caixa no começo e no fim do período. Esse valor é apresentado separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui as diferenças, se existirem, caso tais fluxos de caixa tivessem sido divulgados às taxas de câmbio do fim do período.”

Como podemos verificar todas as transações oriundas de modas estrangeiras deveram ser registradas em moeda nacional (em real, no caso do Brasil), convertendo-se o montante em moeda estrangeira a taxa cambial na data de cada fluxo de caixa (recebimentos e pagamentos).

Juros e dividendos: “os fluxos de caixa referentes a juros, dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos e pagos devem ser apresentados separadamente. Cada um deles deve ser classificado de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades operacionais, de investimento ou de financiamento.

O montante total dos juros pagos durante o período é divulgado na demonstração dos fluxos de caixa, quer tenha sido reconhecido como despesa na demonstração do resultado,

como decorrentes de atividades operacionais, quer tenha sido capitalizado, como decorrentes de atividades de investimento.”

Diante disso pode-se dizer que os pagamentos e recebimentos de juros e dividendos e juros de capital próprio podem ser classificados com fluxos operacionais, pois iram influenciar o lucro ou prejuízo líquido no período de apuração.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: Os fluxos de caixa referentes ao imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) devem ser divulgados separadamente e devem ser classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais, a menos que possam ser identificados especificamente como atividades de financiamento e de investimento.

Logo, os pagamentos do IR e da CSLL deveram esta registrados separadamente em subcontas relacionadas às atividades operacionais, em que, serão demonstradas a partir da elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), especificamente nas deduções da CSLL e IR sobre o Lucro Líquido/ou prejuízo. Em casos específicos essas deduções podem ser registradas com atividades de financiamento e de investimento, como por exemplo: o pagamento de IR na venda de um investimento não circulante, pode ser identificado como fluxo de investimento.

Ainda segundo o Pronunciamento Técnico podemos encontrar os seguintes termos, que se seguem: caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis; equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A entidade deve divulgar os componentes de caixa e equivalente de caixa apresentando uma conciliação dos valores em sua demonstração de fluxos de caixa com os respectivos itens contabilizados em seu balanço patrimonial; e Fluxos de caixa são as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa, dentre os quais podemos mencionar as atividades operacionais que são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento.

A **divulgação** dos fluxos de caixa permite aos usuários obter melhor entendimento da relação entre os fluxos de caixa dos negócios, como um todo, e os de suas partes componentes.

Outro ponto fundamental é de como deve ser a divulgação dos fluxos de caixa das atividades operacionais. Segundo o CPC 03 deve-se usar alternativamente: o método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e desembolsos brutos são apresentadas; ou o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado

pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. Classificaremos cada um desses métodos a seguir.

#### 2.5.4 MÉTODO DIRETO

No Pronunciamento Técnico em suas notas explicativas, o IASB menciona esse método como o mais transparente.

Segundo a alínea “a” do item 18 da NBC TG 03, pelo método direto, “as atividades operacionais são apresentadas através das principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos.” Desse modo as entradas e saídas do Caixa são evidenciados a começar das vendas, por seus valores efetivamente realizados/ou recebidos no período.

Método direto segundo o CPC-03(R2):

As informações sobre as principais classes de recebimentos brutos e de pagamentos brutos podem ser obtidas alternativamente:(a) dos registros contábeis da entidade; ou(b) pelo ajuste das vendas, dos custos dos produtos, mercadorias ou serviços vendidos (no caso de instituições financeiras, pela receita de juros e similares e despesa de juros e encargos e similares) e outros itens da demonstração do resultado ou do resultado abrangente referentes.

Nesse método a DFC é elaborada a partir das movimentações financeiras diretamente ocorridas nas disponibilidades. Explicitando as entradas e saídas de recursos de cada componente da atividade operacional, vale dizer, todos os pagamentos e recebimentos.

Vejamos um modelo de DFC elaborada pelo método direto:

**Tabela – 1: Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto**

Exercícios	20X1	20X2
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
(+) Recebimentos de clientes		
(-) Pagamentos a fornecedores e empregados		
= Caixa gerado pelas operações		



(-) Juros pagos		
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos		
(-) Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos		
<b>= Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>A</b>	<b>A</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
(-) Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição		
(-) Compra de ativo imobilizado		
(+) Recebimento pela venda de equipamento		
(+) Juros recebidos		
(+) Dividendos recebidos		
<b>= Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<b>B</b>	<b>B</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
(+) Recebimento pela emissão de ações		
(+) Recebimento por empréstimo a longo prazo		
(-) Pagamento de passivo por arrendamento		
(-) Dividendos pagos		
<b>= Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>	<b>C</b>	<b>C</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>D</b>	<b>D</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>		
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>		
	<b>A+B+C = D</b>	

Fonte: adaptação ao modelo apresentado no CPC 03 (R2), pag. 19

Como se pode ver no modelo acima no Caixa Líquido Consumido Atividades Operacionais (A) somado com a Atividade de Investimentos (B) e ao Caixa Líquido Gerado Atividades Financiamento (C) serão igual ao Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes (D).

O Método Direto demonstra os recebimentos e pagamentos decorrentes das atividades operacionais de forma direta às contas contábeis envolvidas e não através do Lucro Contábil.

Como se verifica, a demonstração pelo método direto facilita ao usuário avaliar a solvência da empresa, pois evidencia toda a movimentação dos recursos financeiros, as origens dos recursos de caixa e onde eles foram aplicados.

O método direto traz como vantagens: a criação de condições favoráveis para que a classificação dos recebimentos e pagamentos siga critérios técnicos e não fiscais; permite maior rapidez na administração das empresas; as informações de caixa podem estar disponíveis diariamente.

A desvantagem é o custo adicional para classificar os recebimentos e pagamentos.



Os métodos diretos e indiretos diferenciam-se somente na forma de apresentação do fluxo gerado pelas Atividades Operacionais, os demais têm mesma apresentação, vejamos a seguir.

### 2.5.5 MÉTODO INDIRETO

De acordo com CPC-03(R2) o método indireto:

o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de:(a) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; (b) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e (c) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

O Método Indireto parte do lucro líquido do exercício para se conciliar com o caixa gerado pelas operações. Para demonstrar as variações das disponibilidades por esse método, aplica-se a DFC as transações que tiveram como contrapartida disponibilidades. De modo geral o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é estabelecido através dos ajustes do lucro líquido/ou prejuízo quanto aos efeitos citados anteriormente. Para calcular as variações líquidas, basta subtrair o saldo anterior do saldo atual das contas do Circulante (Ativo e Passivo).

Quando abordamos o lucro líquido devemos recordar que esse volume de dinheiro pode ser utilizado para pagar os dividendos declarados, resgatar dívidas ou recomprar ações – transações que, apesar de diminuírem o saldo da conta Caixa, ajudam a empresa a ter um melhor posicionamento financeiro, uma vez que, com suas obrigações reduzidas, abrem-se maiores possibilidades para empreender qualquer expansão.

Se o saldo final de Caixa for menor que o saldo inicial, temos de analisar se houve aumentos em Ativos Circulantes ou outros que não o Caixa, tais como Estoques e Contas a Receber. Isso ocasionará diminuição no Caixa, mas não significa que a empresa está sem recursos, apenas indica que os recursos estão fixados e futuramente se converterão em Caixa. Do mesmo modo, quando há redução nessas contas, é porque esses ativos se converteram em dinheiro, assim, gerando aumento no Caixa.

Em síntese os aumentos no Ativo Circulante provocam uso do dinheiro (caixa) e as reduções produzem caixa (origem de caixa). Já os aumentos em Passivo Circulante (como na conta Fornecedores) aumentam o caixa, na medida em que não há um desembolso imediato para os fornecedores que, nesse momento, estão concedendo crédito à empresa; e a diminuição no mesmo traz como efeito adicional uma diminuição no Caixa, pois este deve ser utilizado para pagar os fornecedores, o que afeta o seu saldo final.

Outras transações que afetam o saldo final da conta Caixa se relacionam com a compra e venda de Ativos Permanentes. A compra de um Ativo à vista diminui o Caixa, enquanto a sua venda à vista tem o efeito inverso, ou seja, aumenta o saldo dessa conta.

Essa interpretação dos saldos inicial e final do Caixa, reportados no Balanço Patrimonial, e do Lucro Líquido, constante na DRE, pode ser claramente visualizada na Demonstração do Fluxo de Caixa, pois nela são identificadas as transações, passo a passo, para que se possam encontrar os elos que não são facilmente visíveis nas outras demonstrações financeiras. Diante disso, vejamos um modelo de DFC elaborada pelo método direto:

**Tabela – 2: Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto**

Exercícios	20X1	20X2
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido antes do IR e CSLL		
Ajustes por:		
(+) Depreciação		
(+) Perda cambial		
(-) Resultado de equivalência patrimonial		
(+) Despesas de juros		
(-) Aumento nas contas a receber de clientes e outros		
(+) Diminuição nos estoques		
(-) Diminuição nas contas a pagar - fornecedores		
= Caixa gerado pelas operações		
(-) Juros pagos		
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos		
(-) Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos		
= Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>A</b>	<b>A</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
(-) Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição		
(-) Compra de ativo imobilizado		
(+) Recebimento pela venda de equipamento		
(+) Juros recebidos		
(+) Dividendos recebidos		

= Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<b>B</b>	<b>B</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b> (+) Recebimento pela emissão de ações (+) Recebimento por empréstimos a longo prazo (-) Pagamento de passivo por arrendamento (-) Dividendos pagos		
= Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<b>C</b>	<b>C</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>D</b>	<b>D</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b> <b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>		
<b>A+B+C = D</b>		

Fonte: adaptação ao modelo apresentado no CPC 03 (R2), pag. 19.

Os recursos derivados das atividades operacionais são demonstrados a partir do Resultado do Exercício antes das deduções da CSLL e IR sobre o Lucro Líquido/ou prejuízo, e ajustado pela adição das despesas e exclusão das receitas consideradas na apuração do resultado e que não afetaram o caixa da empresa ou que representam atividades de financiamento ou investimento, são excluídas receitas realizadas no exercício e recebidas em exercício anterior; são adicionadas receitas recebidas antecipadamente; exclusão das despesas incorridas mais que só foram quitadas em exercícios anteriores e inclusão das despesas do exercício seguinte pagas antecipadamente. E são também acrescidas ou diminuídas do lucro/ou prejuízo líquido as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais que não afetaram o resultado.

O método indireto traz com vantagens: baixo custo; concilia o lucro contábil com fluxo de caixa operacional líquido, mostrando como se compõe a diferença.

E como desvantagens: o tempo de conciliação entre o regime de competência e de caixa e interferência da legislação fiscal.

Diante do que tratamos a cerca do CPC 03 vejamos a como a análise DFC poderá servir de suporte para análise de indicadores econômicos e financeiros.

## 2.5.6 PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS NA ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.

As demonstrações contábeis fornecem por meio de indicadores, informação relevante sobre as situações das empresas e a DFC não é diferente. Ela serve de base para cálculo de muitos indicadores financeiros. A importância da DFC está ligada ao fato que através dela se conhece a situação financeira da entidade e sua análise tem como consequência a diminuição dos riscos e aumento de oportunidades.

Conforme Braga e Marques (2001, p. 11) “as medidas mais importantes encontram-se dispostas em quatro categorias distintas”, que segundo os autores seriam: quociente de cobertura de caixa; quocientes de qualidade do resultado; quocientes de dispêndio de capital; e retornos do fluxo de caixa.

A análise mais detalhada de cada indicador resulta numa melhor visualização da situação financeira da empresa, como também deixa mais claro os resultados obtidos com a gestão dos recursos financeiros. A seguir são relacionados os principais indicadores que podem ser extraídos numa análise da demonstração do fluxo de caixa de acordo com as categorias expostas acima:

- Quociente de cobertura de caixa

Índice de cobertura de dívidas com caixa: é apurado pelo quociente entre FCO antes dos dividendos sobre passivo exigível. Tal quociente pode auxiliar as instituições na avaliação da capacidade da entidade honrar suas obrigações, com caixa gerado das operações, para cobrir as dívidas existentes. Na ocorrência de resultados para o índice menor que R\$1,00, é sinalizador de baixa liquidez; e quando menor que zero, risco de insolvência.

- Quocientes de qualidade do resultado

Índice de qualidade do resultado: é medida que relaciona o FCO com o resultado operacional líquido, antes dos juros, impostos, depreciação e amortização. Este quociente pretende indicar o que o resultado operacional gerou de caixa operacional.

- Quocientes de dispêndio de capital

Investimento x financiamento: esta relação pode revelar como os investimentos vêm sendo financiados. Ela compara os fluxos líquidos necessários para finalidades de investimento, com aqueles gerados de financiamento, (BRAGA E MARQUES, 2001, p. 15).

- Quocientes de retornos do fluxo de caixa

Ainda a respeito dos indicadores que avaliam a recuperação de caixa, pode ser observado o retorno sobre o patrimônio líquido que esclarece aos acionistas a taxa de recuperação de caixa de seus investimentos.

**Tabela – 3: Indicadores**

<b>Quociente de cobertura de caixa:</b>	
Índice de cobertura de dívidas com caixa =	$\frac{\text{Fluxo de Caixa Operacional (FCO)}}{\text{Passivo Circulante}}$
<b>Quocientes de qualidade do resultado:</b>	
Índice de qualidade do resultado =	$\frac{\text{FCO antes de juros e impostos}}{\text{Resultado Operacional}}$
<b>Quocientes de dispêndio de capital:</b>	
Investimento x financiamento =	$\frac{\text{Fluxo de Caixa Investimentos (FCI)}}{\text{Fluxo de Caixa Financeiro (FCF)}}$
<b>Quocientes de retornos do fluxo de caixa:</b>	
Índice de retorno sobre o patrimônio líquido =	$\frac{\text{FCO}}{\text{Patrimônio Líquido}}$

Fonte: adaptação aos quocientes apresentados na Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP, São Paulo, FIPECAFI, v.14, n. 25, p. 6 - 23, janeiro/abril 2001.

Os indicadores até aqui expostos fornecem base para a orientação sobre a capacidade da entidade em gerar fluxos de caixa futuros. Cabe ressaltar que na análise das demonstrações contábeis não deve ser utilizado indicadores de forma isolada, tem que compará-los e tirar o máximo de suas relações. É com o auxílio das demonstrações contábeis e seus relatórios gerenciais que atingimos um melhor aproveitamento do conjunto de indicadores aqui apresentados.

Diante do exposto é apresentado a seguir os aspectos práticos em relação à pesquisa realizada na empresa ADALBERTO BRAZ ME.

### 3 ESTUDO DE CASO

#### 3.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA ANALISADA

O estudo de caso apresentado nesse trabalho foi realizado na empresa ADALBERTO BRAZ ME que iniciou suas atividades em 04 de outubro de 2003, tendo uma evolução cada vez mais significativa. A mesma está localizada na Av. Primeiro de Abril, nº 201, Centro da cidade de Sumé – PB.

Destaca-se no ramo de comercio atacadista de revenda de peças e acessórios novos para veículos automotores. Tem como objetivo principal a satisfação de seus clientes, através

da revenda de produtos de primeira qualidade. Assim, almejando crescimento e reconhecimento no comércio local.

O estudo buscou facilitar o entendimento dos cálculos dos índices, apresentados através da tabela que extrai os principais valores contidos nas demonstrações contábeis da, ADALBERTO BRAZ ME, resultando assim numa, maior transparência dos resultados obtidos.

Para um melhor entendimento do estudo torna-se indispensável à divulgação da DFC da ADALBERTO BRAZ ME, elaborada através do método direto, como visto no referencial teórico, esse método é o mais transparente segundo Pronunciamento Técnico em suas notas explicativas.

Nas tabelas 4, 5 e 6 são apresentadas uma apropriação dos dados extraídos das demonstrações fornecidas pela empresa. A seguir temos o fluxo de caixa, bem como, o Balanço Patrimonial da empresa referente aos anos de 2011 a 2015.

**Tabela 4: Demonstração do Fluxo de Caixa Direto 2011- 2015**

**ADALBERTO BRAZ DE MACEDO ME**

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS				
	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Atividades Operacionais</b>	<b>R\$318.079,66D</b>	<b>R\$365.418,24D</b>	<b>R\$410.187,06D</b>	<b>R\$465.976,98D</b>	<b>R\$499.514,14D</b>
Recebimento de Clientes	R\$318.079,66D	R\$365.418,24D	R\$410.187,06D	R\$465.976,98D	R\$499.514,14D
Recebimento de Juros	R\$0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C
Duplicatas Descontadas	R\$0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C
<b>Pagamentos</b>	<b>R\$ 45.320,34 C</b>	<b>R\$ 35.064,89 C</b>	<b>R\$ 41.616,30C</b>	<b>R\$ 48.307,23 C</b>	<b>CR\$ 44.256,04 C</b>
(-) Fornecedores	R\$ 42.152,26 C	R\$ 31.501,05 C	R\$ 38.400,49 C	R\$ 44.998,39 C	CR\$ 41.271,53 C
(-) Impostos	R\$ 1.371,69 C	R\$1.573,44C	R\$ 1.981,85 C	R\$ 1.852,84 C	R\$ 1.377,45 C
(-) Salários	R\$ 1.796,39 C	R\$ 1.990,40 C	R\$ 1.233,96 C	R\$ 1.456,00 C	R\$ 1.607,06 C
(-) Juros	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C
(-) Despesas Pagas Antecipadamente	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais</b>	<b>R\$272.759,32D</b>	<b>R\$330.353,35D</b>	<b>R\$368.570,76D</b>	<b>R\$417.669,75D</b>	<b>R\$455.258,10D</b>
<b>Atividades de Investimento</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>
Reconhecimento pela venda de imobilizado	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C
Pagamento pela compra de imobilizado	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>
Aumento de capital	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C
Empréstimo de curto prazo	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C
Pagamento de dividendos	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C	R\$ 0,00 C
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>	<b>R\$ 0,00 C</b>
<b>Aumento Líquido no Caixa e Equivalente</b>	<b>R\$272.759,32D</b>	<b>R\$330.353,35D</b>	<b>R\$368.570,76D</b>	<b>R\$417.669,75D</b>	<b>R\$455.258,10D</b>

<b>de Caixa</b>					
<b>Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no ano anterior</b>	<b>R\$232.109,32D</b>	<b>R\$272.759,32D</b>	<b>R\$330.353,35D</b>	<b>R\$368.570,76D</b>	<b>R\$417.669,75D</b>
<b>Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa do ano atual</b>	<b>R\$504.868,64D</b>	<b>R\$603.112,67D</b>	<b>R\$698.924,11D</b>	<b>R\$786.240,51D</b>	<b>R\$872.927,85D</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

**Tabela 5: Balanço Patrimonial 2011- 2015**

<b>ADALBERTO BRAZ DE MACEDO ME</b>					
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS				
	2011	2012	2013	2014	2015
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 42.440,72D	R\$ 48.142,57D	R\$ 60.410,63D	R\$179.054,63D	R\$250.799,47D
Contas a Receber	0,00D	0,00D	0,00D	0,00D	0,00D
Estoques	R\$236.125,83D	R\$282.545,81D	R\$280.714,95D	R\$296.190,69D	R\$276.561,85D
Outros Créditos	0,00D	0,00D	0,00D	0,00D	0,00D
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a Receber	0,00D	0,00D	0,00D	0,00D	0,00D
Investimentos	0,00D	0,00D	0,00D	0,00D	0,00D
Imobilizado	R\$ 21.088,96D	R\$ 21.398,96D	R\$ 21.398,96D	R\$ 21.398,96D	R\$ 21.398,96D
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas	0,00C	R\$ 2.139,89C	R\$ 4.065,79C	R\$ 6.416,69C	R\$ 8.556,59C
<b>TOTAL</b>	<b>R\$299.655,51D</b>	<b>R\$349.947,45D</b>	<b>R\$358.458,75D</b>	<b>R\$490.227,59D</b>	<b>R\$540.203,69D</b>
<b>PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	R\$ 42.152,26C	R\$ 31.501,05C	R\$ 38.400,49C	R\$ 44.998,39C	R\$ 41.271,53C
Empréstimos e Financiamentos	0,00C	0,00C	0,00C	0,00C	0,00C
Obrigações Fiscais	R\$ 1.371,69C	R\$ 1.573,44C	R\$ 1.981,85C	R\$ 1.852,84C	R\$ 1.377,45C
Obrigações Trabalhistas e Sociais	R\$ 2.329,66C	R\$ 2.826,56C	R\$ 1.726,61C	R\$ 2.004,94C	R\$ 2.197,90C
Contas a Pagar	R\$ 815,05C	R\$ 933,58C	R\$ 1.023,42C	R\$ 1.214,36C	R\$ 1.321,32C
Provisões	0,00C	0,00C	0,00C	0,00C	0,00C
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Financiamentos	0,00C	0,00C	0,00C	0,00C	0,00C

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital Social	R\$ 50.000,00C	R\$ 50.000,00C	R\$ 50.000,00C	R\$ 50.000,00C	R\$ 50.000,00C
Reservas de Capital	R\$ 19.130,58C	R\$ 19.130,58C	R\$ 19.130,58C	R\$ 37.130,58C	R\$137.130,58C
Reservas de Lucros	R\$146.494,81C	R\$133.856,27C	R\$187.849,31C	R\$228.195,80C	R\$253.026,48C
Lucros Acumulados	R\$ 37.361,46C	R\$110.125,97C	R\$ 58.346,49C	R\$124.830,68C	R\$ 53.878,43C
(-) Prejuízos Acumulados	0,00C	0,00C	0,00C	0,00C	0,00C
<b>TOTAL</b>	<b>R\$299.655,51C</b>	<b>R\$349.947,45C</b>	<b>R\$358.458,75C</b>	<b>R\$490.227,59C</b>	<b>R\$540.203,69C</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

**Tabela 6: Dados coletados das Demonstrações Contábeis fornecidas pela empresa 2011-2015**

<b>Informações coletadas</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Fluxo de caixa Operacional antes dos impostos	R\$274.131,01	R\$331.926,79	R\$ 370.552,61	R\$ 419.522,59	R\$456.635,55
Fluxo de Caixa Operacional	R\$272.759,32	R\$400.483,13	R\$ 451.803,36	R\$ 514.284,21	R\$543.770,18
Resultado Líquido das Operações	R\$ 37.361,46	R\$110.125,97	R\$ 58.346,49	R\$ 124.830,68	R\$ 53.878,43

Fonte: Dados da pesquisa.

### 3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente trabalho analisou o Fluxo de Caixa Operacional (FCO), o Fluxo de Caixa Investimentos Líquido (FCI) e o Fluxo de Caixa Financiamento Líquido (FCF). Com base nas demonstrações obtidas.

Nas Tabelas 7, 8 e 9 são apresentadas as análises horizontais dos índices.

**Tabela 7: Índice de cobertura de dívidas com caixa**

<b>Cálculo</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
FCO	R\$ 274.131,01	R\$ 331.926,79	R\$ 370.552,61	R\$ 419.522,59	R\$ 456.635,55
Passivo	R\$ 46.668,66	R\$ 36.834,63	R\$ 43.132,37	R\$ 50.070,53	R\$ 46.168,20
Quantidade de tempo em anos	5,87	9,01	8,59	8,38	9,89

Fonte: Dados da pesquisa.



Com relação ao indicador financeiro de cobertura de dívidas com caixa, verificou-se a capacidade da empresa em pagar suas dívidas. Como podemos ver nos últimos cinco anos a empresa praticamente dobrou o número de anos que seria necessário para quitar suas obrigações, pois em 2011 seriam aproximadamente 5,87 anos agora são necessários 9,89 anos. Podemos notar o aumento favorável do Fluxo de Caixa Operacional no ano de 2015 em relação ao de 2011 e demais anos. Diante disso, podemos dizer que mesmos tendo expandido seu prazo de pagamento a empresa possui recursos suficientes para cumprir suas obrigações com terceiros.

**Tabela 8: Índice de qualidade do resultado**

<b>Cálculo</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
FCO	R\$ 272.759,32	R\$ 400.483,13	R\$ 451.803,36	R\$ 514.284,21	R\$ 543.770,18
Resultado Operacional	R\$ 37.361,46	R\$ 110.125,97	R\$ 58.346,49	R\$ 124.830,68	R\$ 53.878,43
Para cada R\$1,00	R\$ 7,30	R\$ 3,00	R\$ 6,32	R\$ 3,35	R\$ 8,45

Fonte: Dados da pesquisa.

Esse indicador demonstra a capacidade que a empresa tem em gerar caixa operacional para cada R\$1,00 de lucro, ou seja, evidencia a diferença entre o lucro e a geração de caixa. Pode-se ver que com o passar dos anos ocorreram oscilações, como reduções nos anos de 2012, 2013 e 2014, em relação ao ano de 2011. Já em 2015 essa capacidade se elevou para R\$ 8,45, ou seja, para cada um real de lucro a empresa gera R\$ 7,45 de caixa operacional, fazendo com que o caixa permaneça estável.

O indicador de Investimento x Financiamento não foram analisados tendo em vista que a empresa não atribuiu recursos aos mesmos, assim impossibilitando a análise desse indicador.

**Tabela 9: Índice de retorno sobre o patrimônio líquido**

<b>Cálculo</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
FCO	R\$ 272.759,32	R\$ 330.353,35	R\$ 368.570,76	R\$ 417.669,75	R\$ 455.258,10
Patrimônio Líquido	R\$ 252.986,65	R\$ 313.112,82	R\$ 315.326,38	R\$ 440.157,06	R\$ 494.035,49
Taxa de recuperação	107,82%	105,51%	116,89%	94,89%	92,15%

Fonte: Dados da pesquisa.

Esse índice aborda a taxa de recuperação de caixa dos investimentos realizados pelos sócios. Pode-se notar que o Retorno sobre o Patrimônio Líquido sofreu bastantes oscilações da taxa de retorno de caixa dos investimentos feita pelo sócio, passando de 107,82% em 2011, para 105,51% em 2012, elevando-se novamente em 2013, mais tornou a cair nos anos de 2014, chegando a 92,15% em 2015, demonstrando uma redução de 15,67% em relação a 2011. Sendo que houve melhora tanto aumentando o Patrimônio quanto o Fluxo de caixa operacional.

Observa-se diante da análise prática dos indicadores financeiros extraídos da demonstração do fluxo de caixa da empresa ADALBERTO BRAZ ME, que a empresa utiliza de maneira eficiente seus recursos financeiros. Observa-se que nos anos de 2011 a 2015 a empresa tem variação no saldo de caixa sempre positiva, obtendo no ano de 2015 resultados mais expressivo, apresentando uma variação positiva no caixa e equivalente de caixa no valor de R\$ 455.258,10, evidenciando assim mais recebimentos do que pagamentos no ano.

A análise dos indicadores demonstram que a empresa do segmento possui de forma geral, uma boa geração de caixa operacional e que conseguem manter suas atividades, cumprir suas obrigações e remunerar seu sócio com suas disponibilidades sem ter a necessidade de recorrer a fontes externas de financiamentos.

Foram identificados durante a pesquisa alguns pontos fortes que a empresa possui como: a empresa possui um bom controle do seu estoque, que é fundamental para o ciclo operacional; possui uma boa carteira de clientes, que é primordial para existência da empresa já que suas vendas são todas à vista; e cumpre com suas obrigações em prazos previstos, assim, gerando confiabilidade por parte de seus usuários internos e externos.

Diante das informações obtidas neste estudo sabendo-se que a empresa não tem um controle em seu fluxo de caixa que é ferramentas de apoio a tomada de decisões financeiras, foram encontrados alguns pontos fracos tais como: a empresa não possui um sistema de fluxo de caixa, pois, sem um dificilmente a empresa vai controlar de forma qualificada os seus recursos financeiros; falta de capacitação tecnológica por parte do gestor, que dificulta bastante na implantação de um sistema para controle do fluxo de caixa; os recursos de caixa podem se dissipar com facilidade ou mesclar com recursos dos sócios; o gestor não tem interesse em possui investimentos em nome da empresa, sobras de caixa poderiam ser aplicadas no mercado financeiro, isso lhe geraria um possível aumento de patrimônio e esses investimentos futuramente poderiam ser utilizados para crescimento da empresa; e outro ponto fraco também em relação à gestão da empresa é a falta de interesse em ampliar a empresa para outros mercados, pois o mesmo só visa à permanência no mercado sumeense.

Seria conveniente ao gestor da empresa nomear um responsável pelo controle financeiro, em que, ele possa controlar o fluxo de caixa e realizar periodicamente a conferência de suas movimentações. Isso poderia ocorrer através da implantação de planilhas auxiliares de despesas administrativas e de pagamentos aos fornecedores.

Ainda, seria apropriado monitorar as despesas administrativas. Pois podem existir alguns gastos desnecessários, ou até mesmos que não estejam diretamente ligados as atividades da empresa.

Por fim, podemos identificar que a empresa possui grandes possibilidades de crescimento já que ela consegue quitar com suas obrigações e possui um bom controle de seus produtos. O que falta mesmo é uma boa gestão de seus recursos e uma ferramenta que lhe dê suporte a tomada de decisões.

## 4 CONCLUSÃO

Neste enfoque o objetivo geral foi alcançado, uma vez que constatou que a Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC possui utilidade como ferramenta no controle das entradas (receitas) e saídas (despesas) e gerencial, uma vez que é possível a obtenção de informações que darão suporte na tomada de decisões, visando a melhoria nos resultados da empresa analisada.

Os objetivos específicos também foram alcançados, tendo em vista que buscava-se evidenciar a importância da DFC para o controle e tomada de decisões gerenciais. Apontamos aos gestores da empresa analisada que a demonstração fluxo de caixa deve e pode ser utilizado por empresas de qualquer porte, dada a sua importância e simplicidade, para a tomada de decisões. Pois a DFC habilita a empresa a alcançar seus objetivos pelo uso eficiente de seus recursos disponíveis, permitindo-lhes a visualização de sobras ou faltas de caixa antes mesmo que ocorram, possibilitando ao empresário planejar melhor suas ações.

O estudo ainda comprovou que as informações coletadas a partir da análise das demonstrações contábeis da empresa, demonstram, de modo geral, que a mesma tem uma boa geração de caixa operacional que lhe proporciona manter suas atividades, cumprir suas obrigações, bem como, remunerar seu sócio com suas disponibilidades sem a necessidade de recorrer a fontes externas, assim, proporcionam uma melhoria na gestão e no desempenho econômico e financeiro.

Tendo em vista que não foi objetivo deste trabalho realizar uma análise aprofundada da situação econômico-financeira desta empresa, mas sim trazer à tona a importância da análise da gestão dos fluxos de caixa e mostrar que é possível obter informações relevantes sobre a situação da empresa, auxiliando a tomada de decisão.

O terceiro objetivo alcançado foi identificar que a partir da utilização da DFC a empresa passou a ter informações fies e reais sobre seus recursos disponíveis, assim gerando uma melhor utilização dos mesmos.

Diante do exposto, propomos a utilização da DFC como ferramenta gerencial para as MPEs, uma vez que foi constatado que é possível extrair informações úteis que permitirão conhecer a saúde financeira da empresa e consequentemente obterem informações que auxiliarão na tomada de decisões. Mencionaremos a seguir algumas informações estratégicas obtidas mediante a utilização desta ferramenta:

- facilitar análise e cálculo na seleção das linhas de crédito a obter;

- detectar antecipadamente as carências de recursos;
- planejar desembolsos evitando acúmulo de compromissos consideráveis em época de poucos recursos;
- quantificar os recursos próprios disponíveis para investimentos;
- intercambiar os diversos departamentos com área financeira;
- usar com eficiência e eficácia recursos disponíveis;
- manter determinado nível da caixa em função do capital de giro;
- auxiliar na análise dos valores a receber e estoques, para verificar sua conveniência;
- aplicar os excedentes de caixa;
- integrar os controles financeiros da empresa.

Por fim, almeja-se que esta pesquisa e os resultados encontrados possam servir de suporte para gestores, MPEs e profissionais contábeis na geração e análise das informações contábeis a partir desta ferramenta - DFC. Ainda, que o controle do fluxo de caixa passe a ser um instrumento de fundamental importância dentro das empresas, pois, é uma ferramenta que poderá contribuir para o enriquecimento do processo decisório, e caminhar no objetivo de maximizar riqueza e resultados, o qual é foco de qualquer empresa, independentemente de seu porte: micro, pequena, média ou grande empresa.

## REFERÊNCIAS

- GRECO, Alvíσιο; AREND, Lauro Roberto. **Contabilidade Teoria e Prática Básicas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- AZEVEDO, Osmar Reis. **DFC e DVA: demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado**. 2. ed. São Paulo: IOB, 2009.
- BRAGA, R.; NOSSA, V.; MARQUES, J. A. V. C. **Uma Proposta para a Análise Integrada da Liquidez e Rentabilidade das Empresas**. *Revista de Contabilidade & Finanças – USP*. São Paulo, FIPECAFI. Edição Especial, p. 51 – 54, 30 junho 2004.
- BRAGA, Roberto, MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Avaliação da Liquidez das empresas através da análise da Demonstração de Fluxos de Caixa**. *Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI*. N. 25, 2001.
- BARROS, Aidil Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Makron, 2007.
- CAMPOS FILHO, A. **Demonstração dos Fluxos de Caixa: uma ferramenta indispensável par administrar sua empresa**. São Paulo: Atlas, 1997.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 03(R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 7 (IASB – BV2010)**. Disponível em: [http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/183\\_CPC\\_03\\_R2\\_rev%2004.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2004.pdf) Acesso em: 29/08/2015.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 1 (IASB – BV 2011)**. Disponível em: [http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_26\\_R1\\_rev%2008.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2008.pdf) Acesso em: 29/08/2015.
- Confederação nacional do comercio de bens, serviços e turismo. Empresômetro MPE**. Disponível em: < <http://empresometro.cnc.org.br/Estatisticas> > Acesso em: 23/04/2016.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade: resumo da teoria, atendimento às novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- NETO, Alexandre Assaf: **Finanças Corporativas e valor**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23. ed. 4 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

FERREIRA, Ricardo José. **Contabilidade básica: finalmente você vai aprender contabilidade: teoria e questões comentadas: conforme a MP nº 449/08**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, PEA/USP. **Manual de contabilidade societária/ Sergio de Iudicibus ... let. al.l**. São Paulo: Atlas, 2010. Outros autores: Eliseu Martins, Ernesto Rubens Gelbcke, Ariovaldo dos Santos.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio de Lourenço. **Auditoria de Negócios. Auditoria Governamental Contingências versus Qualidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: HARBRA, 2002.

GREGHI, Ana; PEREIRA, Caroline; EVANGELISTA, Viviane; ITURRIETA, Victoria B. **Nascimento de Empresas**. - Serasa Experian. 30/01/2015. Disponível em: < <http://noticias.serasaexperian.com.br/24715/> > Acesso em 05/12/2015.

HOOG, Wilsin Alberto Zappa (org.). **Moderno dicionário contábil**: da retaguarda á vanguarda. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Ariovaldo Alves. Contabilidade Básica. Disponível em < [www.grupoempresarial.admbr](http://www.grupoempresarial.admbr) > Acesso em: 15/11/2014.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 13. ed. 3 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Manual de contabilidade básica: uma introdução à pratica contábil: texto e exercícios**. 5. ed São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade comercial fácil**. 18. ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

SÁ, Carlos Alexandre. Fluxo de caixa – **A visão da Tesouraria e da Controladoria**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SÁ, A. Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SÁ, Antônio Lopez. **Teoria da Contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. **Metodologia da Pesquisa Aplicada á Contabilidade. Orientações de Estudos, Projetos, Artigos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Edson Cordeiro. Como **administrar o fluxo de caixa das empresas: guia de sobrevivência empresarial**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SZUSTER, Natan; CARDOSO, Ricardo Lopes; RECHTMAN Szuster, Fortunée; RECHTMAN Szuster, Flávia. **Contabilidade Geral - Introdução À Contabilidade Societária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisas em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.



## ANEXOS

## ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL 2011/2012

ADALBERTO BRAZ DE MACEDO ME							
Balanço Patrimonial de 01/01/2012 até 31/12/2012							
ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa		48.142,57D	42.440,72D	Fornecedores		31.501,05C	42.152,26C
Contas a Receber		0,00D	0,00D	Empréstimos e Financiamentos		0,00C	0,00C
Estoques		282.545,81D	236.125,83D	Obrigações Fiscais		1.573,44C	1.371,69C
Outros Créditos		0,00D	0,00D	Obrigações Trabalhistas e Sociais		2.826,56C	2.329,66C
				Contas a Pagar		933,58C	815,05C
				Provisões		0,00C	0,00C
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a Receber		0,00D	0,00D	Financiamentos		0,00C	0,00C
Investimentos		0,00D	0,00D				
Imobilizado		21.398,96D	21.088,96D	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Intangível		0,00D	0,00D	Capital Social		50.000,00C	50.000,00C
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas		2.139,89C	0,00C	Reservas de Capital		19.130,58C	19.130,58C
				Reservas de Lucros		133.856,27C	146.494,81C
				Lucros Acumulados		110.125,97C	37.361,46C
				(-) Prejuízos Acumulados		0,00C	0,00C
<b>TOTAL</b>		<b>349.947,45D</b>	<b>299.655,51D</b>	<b>TOTAL</b>		<b>349.947,45C</b>	<b>299.655,51C</b>

## ANEXO B – BALANÇO PATRIMONIAL 2013/2014

ADALBERTO BRAZ DE MACEDO ME							
Balanço Patrimonial de 01/01/2014 até 31/12/2014							
ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa		179.054,63D	60.410,63D	Fornecedores		44.998,39C	38.400,49C
Contas a Receber		0,00D	0,00D	Empréstimos e Financiamentos		0,00C	0,00C
Estoques		296.190,69D	280.714,95D	Obrigações Fiscais		1.852,84C	1.981,85C
Outros Créditos		0,00D	0,00D	Obrigações Trabalhistas e Sociais		2.004,94C	1.726,61C
				Contas a Pagar		1.214,36C	1.023,42C
				Provisões		0,00C	0,00C
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a Receber		0,00D	0,00D	Financiamentos		0,00C	0,00C
Investimentos		0,00D	0,00D				
Imobilizado		21.398,96D	21.398,96D	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Intangível		0,00D	0,00D	Capital Social		50.000,00C	50.000,00C
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas		6.416,69C	4.065,79C	Reservas de Capital		37.130,58C	19.130,58C
				Reservas de Lucros		228.195,80C	187.849,31C
				Lucros Acumulados		124.830,68C	58.346,49C
				(-) Prejuízos Acumulados		0,00C	0,00C
<b>TOTAL</b>		<b>490.227,59D</b>	<b>358.458,75D</b>	<b>TOTAL</b>		<b>490.227,59C</b>	<b>358.458,75C</b>

## ANEXO C – BALANÇO PATRIMONIAL 2014/2015

ADALBERTO BRAZ DE MACEDO ME							
Balanço Patrimonial de 01/01/2015 até 31/12/2015							
ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa		250.799,47D	179.054,63D	Fornecedores		41.271,53C	44.998,39C
Contas a Receber		0,00D	0,00D	Empréstimos e Financiamentos		0,00C	0,00C
Estoques		276.561,85D	296.190,69D	Obrigações Fiscais		1.377,45C	1.852,84C
Outros Créditos		0,00D	0,00D	Obrigações Trabalhistas e Sociais		2.197,90C	2.004,94C
				Contas a Pagar		1.321,32C	1.214,36C
				Provisões		0,00C	0,00C
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a Receber		0,00D	0,00D	Financiamentos		0,00C	0,00C
Investimentos		0,00D	0,00D				
Imobilizado		21.398,96D	21.398,96D	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Intangível		0,00D	0,00D	Capital Social		50.000,00C	50.000,00C
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas		8.556,59C	6.416,69C	Reservas de Capital		137.130,58C	37.130,58C
				Reservas de Lucros		253.026,48C	228.195,80C
				Lucros Acumulados		53.878,43C	124.830,68C
				(-) Prejuízos Acumulados		0,00C	0,00C
<b>TOTAL</b>		<b>540.203,69D</b>	<b>490.227,59D</b>	<b>TOTAL</b>		<b>540.203,69C</b>	<b>490.227,59C</b>

## ANEXO D – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO 2011

<b>ADALBERTO BRAZ DE MACEDO ME</b> Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2011 até 31/12/2011			
Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
<b>R E C E I T A S</b>			
RECEITAS OPERACIONAIS			
RECEITAS COMERCIAIS			
RECEITAS DE VENDAS	4.1.1.01	350	318.079,66C
<b>=RECEITAS COMERCIAIS</b>			<b>****318.079,66C</b>
<b>=Total - RECEITAS OPERACIONAIS</b>			<b>****318.079,66C</b>
<b>=Total - RECEITAS</b>			
<b>****318.079,66C</b>			
<b>D E S P E S A S</b>			
CUSTOS E DESPESAS			
CUSTOS COMERCIAIS			
CUSTO DAS MERCADORIAS	3.1.1.01	286	221.384,45D
<b>=CUSTOS COMERCIAIS</b>			<b>****221.384,45D</b>
<b>=Total - CUSTOS E DESPESAS</b>			<b>****221.384,45D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.2.2.01	295	41.126,13D
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>****41.126,13D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS TRIBUTARIAS			
DESPESAS TRIBUTARIAS	3.2.3.01	320	17.784,44D
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>****17.784,44D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS FINANCEIRAS			
DESPESAS FINANCEIRAS	3.2.4.01	335	423,18D
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>*****423,18D</b>
<b>=Total - DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>****59.333,75D</b>
<b>=Total - DESPESAS</b>			<b>****280.718,20D</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>			
=====			
RECEITAS----->		318.079,66C	
DESPESAS + CUSTO----->		280.718,20D	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:		*****37.361,46	
=====			

## ANEXO E – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO 2012

<b>ADALBERTO BRAZ DE MACEDO ME</b> Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2012 até 31/12/2012			
Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
<b>R E C E I T A S</b>			
RECEITAS OPERACIONAIS			
RECEITAS COMERCIAIS			
RECEITAS DE VENDAS	4.1.1.01	350	365.418,24C
<b>=RECEITAS COMERCIAIS</b>			<b>****365.418,24C</b>
RECEITAS NAO OPERACIONAIS			
OUTRAS RECEITAS NAO OPERACIONAIS	4.1.5.01	366	473,90C
<b>=RECEITAS NAO OPERACIONAIS</b>			<b>*****473,90C</b>
<b>=Total - RECEITAS OPERACIONAIS</b>			<b>****365.892,14C</b>
<b>=Total - RECEITAS</b>			<b>****365.892,14C</b>
<b>D E S P E S A S</b>			
CUSTOS E DESPESAS			
CUSTOS COMERCIAIS			
CUSTO DAS MERCADORIAS	3.1.1.01	286	189.440,83D
<b>=CUSTOS COMERCIAIS</b>			<b>****189.440,83D</b>
<b>=Total - CUSTOS E DESPESAS</b>			<b>****189.440,83D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.2.2.01	295	50.348,43D
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>*****50.348,43D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS TRIBUTARIAS	3.2.3.01	320	15.333,81D
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>****15.333,81D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS FINANCEIRAS	3.2.4.01	335	643,10D
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>*****643,10D</b>
<b>=Total - DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>****66.325,34D</b>
<b>=Total - DESPESAS</b>			<b>****255.766,17D</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>			
=====			
RECEITAS----->		365.892,14C	
DESPESAS + CUSTO----->		255.766,17D	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:		****110.125,97	
=====			

## ANEXO F – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO 2013

<b>ADALBERTO BRAZ DE MACEDO ME</b> Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2013 até 31/12/2013			
Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
<b>R E C E I T A S</b>			
RECEITAS OPERACIONAIS			
RECEITAS COMERCIAIS			
RECEITAS DE VENDAS	4.1.1.01	350	410.187,06C
<b>=RECEITAS COMERCIAIS</b>			<b>***410.187,06C</b>
RECEITAS NAO OPERACIONAIS			
OUTRAS RECEITAS NAO OPERACIONAIS	4.1.5.01	366	1.644,74C
<b>=RECEITAS NAO OPERACIONAIS</b>			<b>*****1.644,74C</b>
<b>=Total - RECEITAS OPERACIONAIS</b>			<b>***411.831,80C</b>
<b>=Total - RECEITAS</b>			<b>***411.831,80C</b>
<b>D E S P E S A S</b>			
CUSTOS E DESPESAS			
CUSTOS COMERCIAIS			
CUSTO DAS MERCADORIAS	3.1.1.01	286	281.619,63D
<b>=CUSTOS COMERCIAIS</b>			<b>***281.619,63D</b>
<b>=Total - CUSTOS E DESPESAS</b>			<b>***281.619,63D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS GERAIS			
DESPESAS COMERCIAIS	3.2.1.01	290	269,18D
<b>=DESPESAS GERAIS</b>			<b>*****269,18D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.2.2.01	295	47.804,73D
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>****47.804,73D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS TRIBUTARIAS	3.2.3.01	320	23.186,01D
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>****23.186,01D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS FINANCEIRAS	3.2.4.01	335	605,76D
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>*****605,76D</b>
<b>=Total - DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>****71.865,68D</b>
<b>=Total - DESPESAS</b>			<b>***353.485,31D</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>			
RECEITAS----->	411.831,80C		
DESPESAS+ CUSTO----->	353.485,31D		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	*****58.346,49		

## ANEXO G – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO 2014

ADALBERTO BRAZ DE MACEDO ME			
Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2014 até 31/12/2014			
Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
<b>R E C E I T A S</b>			
RECEITAS OPERACIONAIS			
RECEITAS COMERCIAIS			
RECEITAS DE VENDAS	4.1.1.01	350	465.976,98C
<b>=RECEITAS COMERCIAIS</b>			<b>****465.976,98C</b>
RECEITAS NAO OPERACIONAIS			
OUTRAS RECEITAS NAO OPERACIONAIS	4.1.5.01	366	338,10C
<b>=RECEITAS NAO OPERACIONAIS</b>			<b>*****338,10C</b>
<b>=T o t a l - R E C E I T A S O P E R A C I O N A I S</b>			<b>****466.315,08C</b>
<b>=T o t a l - R E C E I T A S</b>			<b>****466.315,08C</b>
<b>D E S P E S A S</b>			
CUSTOS E DESPESAS			
CUSTOS COMERCIAIS			
CUSTO DAS MERCADORIAS	3.1.1.01	286	273.598,65D
<b>=CUSTOS COMERCIAIS</b>			<b>***273.598,65D</b>
<b>=T o t a l - C U S T O S E D E S P E S A S</b>			<b>***273.598,65D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS GERAIS			
DESPESAS COMERCIAIS	3.2.1.01	290	248,10D
<b>=DESPESAS GERAIS</b>			<b>*****248,10D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.2.2.01	295	45.797,43D
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>****45.797,43D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS TRIBUTARIAS	3.2.3.01	320	21.154,07D
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>****21.154,07D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS FINANCEIRAS	3.2.4.01	335	686,15D
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>*****686,15D</b>
<b>=T o t a l - D E S P E S A S O P E R A C I O N A I S</b>			<b>****67.885,75D</b>
<b>=T o t a l - D E S P E S A S</b>			<b>***341.484,40D</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>			
=====			
RECEITAS----->		466.315,08C	
DESPESAS + CUSTO----->		341.484,40D	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:		****124.830,68	
=====			

## ANEXO H – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO 2015

ADALBERTO BRAZ DE MACEDO ME Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2015 até 31/12/2015			
Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
<b>R E C E I T A S</b>			
RECEITAS OPERACIONAIS			
RECEITAS COMERCIAIS			
RECEITAS DE VENDAS	4.1.1.01	350	499.514,14C
<b>=RECEITAS COMERCIAIS</b>			<b>****499.514,14C</b>
RECEITAS NAO OPERACIONAIS			
OUTRAS RECEITAS NAO OPERACIONAIS	4.1.5.01	366	730,58C
<b>=RECEITAS NAO OPERACIONAIS</b>			<b>*****730,58C</b>
<b>=T o t a l - R E C E I T A S O P E R A C I O N A I S</b>			<b>****500.244,72C</b>
<b>=T o t a l - R E C E I T A S</b>			<b>****500.244,72C</b>
<b>D E S P E S A S</b>			
CUSTOS E DESPESAS			
CUSTOS COMERCIAIS			
CUSTO DAS MERCADORIAS	3.1.1.01	286	313.547,19D
<b>=CUSTOS COMERCIAIS</b>			<b>***313.547,19D</b>
<b>=T o t a l - C U S T O S E D E S P E S A S</b>			<b>***313.547,19D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.2.2.01	295	50.715,40D
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>****50.715,40D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS TRIBUTARIAS	3.2.3.01	320	16.785,31D
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>****16.785,31D</b>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS FINANCEIRAS	3.2.4.01	335	318,35D
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>*****318,35D</b>
<b>=T o t a l - D E S P E S A S O P E R A C I O N A I S</b>			<b>****67.819,06D</b>
<b>=T o t a l - D E S P E S A S</b>			<b>***381.366,25D</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>			
<hr/>			
RECEITAS----->	500.244,72C		
DESPESAS + CUSTO----->	381.366,25D		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	****118.878,47		
<hr/>			



**ANEXO I – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA MÉTODO  
DIRETO CPC 03 (R2)**



<b>Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto (item 18a)</b>		<b>20X2</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	30.150	
Pagamentos a fornecedores e empregados	<u>(27.600)</u>	
Caixa gerado pelas operações	2.550	
Juros pagos	(270)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(800)	
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	<u>(100)</u>	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>\$ 1.380</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição (Nota A)	(550)	
Compra de ativo imobilizado (Nota B)	(350)	
Recebimento pela venda de equipamento	20	
Juros recebidos	200	
Dividendos recebidos	200	
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>		<b>\$ (480)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimento pela emissão de ações	250	
Recebimento por empréstimo a longo prazo	250	
Pagamento de passivo por arrendamento	(90)	
Dividendos pagos <sup>(a)</sup>	<u>(1.200)</u>	
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>		<b>\$ (790)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>\$ 110</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota C)</b>		<b>\$ 120</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota C)</b>		<b>\$ 230</b>

<sup>(a)</sup> Esse valor também poderia ser apresentado no fluxo de caixa das atividades operacionais.



## ANEXO J – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO CPC 03 (R2)



<b>Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto (item 18b)</b>		<b>20X2</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido antes do IR e CSLL	3.350	
Ajustes por:		
Depreciação	450	
Perda cambial	40	
Resultado de equivalência patrimonial	(500)	
Despesas de juros	400	
	3.740	
Aumento nas contas a receber de clientes e outros	(500)	
Diminuição nos estoques	1.050	
Diminuição nas contas a pagar – fornecedores	(1.740)	
Caixa gerado pelas operações	2.550	
Juros pagos	(270)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(800)	
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	(100)	
	1.380	<b>\$ 1.380</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição (Nota A)	(550)	
Compra de ativo imobilizado (Nota B)	(350)	
Recebimento pela venda de equipamento	20	
Juros recebidos	200	
Dividendos recebidos	200	
	(480)	<b>\$ (480)</b>
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimento pela emissão de ações	250	
Recebimento por empréstimos a longo prazo	250	
Pagamento de passivo por arrendamento	(90)	
Dividendos pagos <sup>(B)</sup>	(1.200)	
	(790)	<b>\$ (790)</b>
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>		
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>\$ 110</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota C)</b>		<b>\$ 120</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota C)</b>		<b>\$ 230</b>

<sup>(B)</sup> Esse valor também poderia ser apresentado no fluxo de caixa das atividades operacionais.

### Notas explicativas sobre a demonstração dos fluxos de caixa (métodos direto e indireto)